

Revista

(RE)DEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS

ISSN 2965-2901

ISSN 2965-2987



Expediente v. 4, n. 13 – 2026.

Editor-chefe:

Dr. Luciano Stremel Barros (IDESF)

Conselho Editorial:

Dr. Alexandre Luiz Götz Weiler (ESIC Brasil)

Me. Admar Luciano Filho (PRF)

Me. Alex Jorge das Neves (PM - Goiás)

Dr. Antônio César Bochenek (UEPG/ENFAM)

Dr. Camilo Pereira Carneiro Filho (UFG)

Dra. Daniela Nascimento (Universidade de Coimbra)

Dra. Eloiza Dal Pozzo (UNILA/IDESF)

Me. Fabiano Bordignon (UNIOESTE/UDC/IDESF)

Me. Geórgia Renata Sanchez Diogo (Madruga BTW)

Dr. Ítalo Beltrão Spósito (UFT)

Me. Javert Ribeiro da Fonseca Neto (IDESF)

Dr. Juan Santos Vara (Universidade de Salamanca)

Dra. Laura Cristina Feindt Urrejola Silveira (IREL/UnB)

Dra. Licínia Maria dos Santos Simão (Universidade de Coimbra)

Dr. Luis Miguel da Vinha (Flinders University)

Dr. Pery Francisco Assis Shikida (UNIOESTE)

Dra. Rita de Cassia Pereira de Carvalho

Dr. Rodrigo Kraemer (PRF)

Dr. Tássio Franchi (ECEME)

Dr. Tomaz Espósito Neto (UFGD)

Dr. Vicente Giaccaglini Ferraro Junior (UNESP)

A revisão e conteúdo dos artigos são de total responsabilidade dos autores e autoras e não expressam a opinião do Conselho Editorial.

É autorizada a reprodução do conteúdo publicado, desde que não se altere seu conteúdo e seja citada a fonte.

FICHA TÉCNICA

Diagramação e projeto gráfico: IDESF.

Editoração: Eloiza Dal Pozzo.

CONTATO

Revista (Re)Definições das Fronteiras.

Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF).

Travessa Cristiano Weirich, 91. Edifício Metrópole, sala 308, Centro.

CEP: 85851- 140. Foz do Iguaçu/PR, Brasil. **E-mail:** revistaredefinicoes@idesf.org.br

SUMÁRIO

DINÂMICAS TERRITORIAIS E O USO DE DRONES NA FAIXA DE FRONTEIRA OESTE DO PARANÁ	4
<i>Renan da Silva Julio</i> <i>Rodrigo Silva Pinheiro</i> <i>Rômulo Afonso Santos Ribeiro</i>	
O NOVO MAPA DO CONTRABANDO: A ASCENSÃO DAS FACÇÕES NOS MERCADOS ILEGAIS	23
<i>Eloiza Dal Pozzo</i> <i>Luciano Stremel Barros</i> <i>Ana Margarida Durão</i>	
LOJAS FRANCAS EM CIDADES GÊMEAS BRASILEIRAS: ENTREVISTAS COM OS GESTORES	37
<i>Eloiza Dal Pozzo</i> <i>Luciano Stremel Barros</i> <i>Neri Antônio Parcianello</i>	
Resenha sobre o estudo “Contribuição da governança do setor de segurança para a proteção de parques nacionais sob as perspectivas de segurança, meios de subsistência da comunidade e meio ambiente: Serra do Divisor, Brasil”	60
<i>Tássio Franchi</i> <i>Luciano Stremel Barros</i> <i>Eloiza Dal Pozzo</i> <i>Mila Campbell</i>	

DINÂMICAS TERRITORIAIS E O USO DE DRONES NA FAIXA DE FRONTEIRA OESTE DO PARANÁ

Renan da Silva Julio¹

Rodrigo Silva Pinheiro²

Rômulo Afonso Santos Ribeiro³

RESUMO

As demandas de segurança na região Oeste do Paraná são cada vez mais constantes, principalmente, no que tange a temática da faixa de fronteira compreendida pela Tríplice Fronteira. O objetivo deste artigo é analisar o papel dos sistemas de aeronaves remotamente pilotadas como ferramenta de vigilância, monitoramento e apoio às operações de segurança na faixa de fronteira Oeste do Paraná. Para isso, utilizamos o referencial teórico que trata as fronteiras como um espaço dinâmico e estratégico caracterizado por redes de fluxos. Primeiramente, realizamos um resgate histórico da formação da fronteira Oeste paranaense. Posteriormente, identificamos as dinâmicas territoriais das zonas de fronteira. Em seguida, abordamos as características, possibilidades e limitações dos drones. E, analisamos os resultados do emprego dos drones em operações de segurança na fronteira Oeste do Paraná. Elucidamos que o papel dos SARP ultrapassa a concepção recreativa, consolidando-se como instrumento estratégico no emprego operacional quanto ao combate de crimes, vigilância e monitoramento das fronteiras apresentando resultados palpáveis para a sociedade.

Palavras-chave: Drone; Segurança; Território; Tríplice Fronteira; Oeste paranaense.

ABSTRACT

Security demands in the western region of Paraná have become increasingly frequent, especially regarding the border area encompassed by the Triple Frontier. This article aims to analyze the role of remotely piloted aircraft systems as a tool for surveillance, monitoring, and support in security operations along the western border of Paraná. To achieve this, a theoretical framework is adopted that understands

¹ Bacharel em Educação Física e Tecnólogo em Administração pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

² Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

³ Licenciado em Geografia e História. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

borders as dynamic and strategic spaces characterized by networks of flows. Initially, a historical overview of the formation of the western Paraná border is presented. Subsequently, the territorial dynamics of border zones are identified. Next, the characteristics, possibilities, and limitations of drones are discussed. Finally, the results of the use of drones in security operations along the western border of Paraná are analyzed. The study demonstrates that the role of remotely piloted aircraft systems goes beyond a recreational perspective, consolidating itself as a strategic instrument in operational deployment for crime prevention, surveillance, and border monitoring, presenting tangible results for society.

Keywords: Drone; Security; Territory; Triple Frontier; Western Paraná.

INTRODUÇÃO

A região da fronteira Oeste do Paraná (PR) se apresenta como um espaço geográfico único, combinado por intensas relações sociais entre o Brasil (BR), Paraguai (PY) e Argentina (ARG). Das relações entre as nações, surgem aglomerações urbanas conhecidas por cidades-gêmeas as quais são marcadas por redes e fluxos complexos entre diversos atores sociais.

As forças de segurança empreendem constantemente os trabalhos de proteção da fronteira, porém enfrentam problemas relacionados às vastas extensões territoriais das zonas de fronteira, ao cometimento de crimes típicos da faixa fronteira, aos obstáculos naturais (rios e florestas) e a disponibilidade de apoio de técnicas e materiais tecnológicos.

Nesse contexto, novas ferramentas tecnológicas surgem para oferecer respostas às problemáticas cada vez mais complexas. Os Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP) e os Veículos Aéreos Não Tripuláveis (VANT), que são comumente chamados de drones, foram empregados, inicialmente, em guerras históricas e, atualmente, alcançaram a população geral.

As diversas instituições de segurança pública e de defesa de Estado perceberam o fenômeno tecnológico e iniciaram o uso estratégico de drones no monitoramento, segurança e defesa da integridade das áreas de fronteira.

Procuramos analisar o papel dos sistemas de aeronaves remotamente pilotadas como ferramenta de vigilância, monitoramento e apoio às operações de segurança na faixa de fronteira Oeste do Paraná.

Em primeira instância, traremos para o debate as questões históricas e de formação da fronteira Oeste do PR como o extrativismo, a colonização e a construção e criação de grandes estruturas e benfeitorias que impulsionaram a ocupação e o turismo local.

Território, fronteira, cidades-gêmeas são algumas categorias da geopolítica que nos auxiliarão a compreender a dinâmica territorial da zona de fronteira do Oeste do PR para além do limite imaginário entre os dois países.

Apresentaremos breves considerações sobre o histórico, características, vantagens e limitações do uso de drones, destacamos algumas agências reguladoras e SARP utilizados pelas forças de segurança.

Apontaremos o emprego operacional do SARP em operações de defesa da fronteira, destacando os resultados obtidos por forças de segurança estadual e federal.

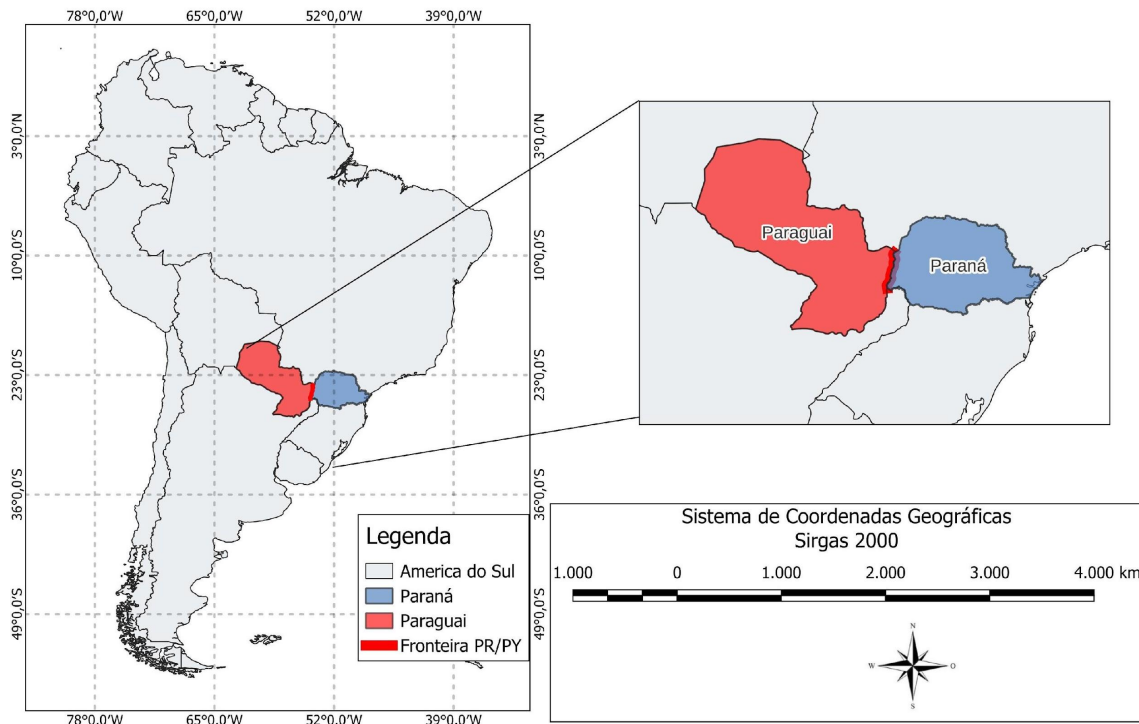
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E FORMAÇÃO TERRITORIAL DA FRONTEIRA OESTE DO PR

Um dos momentos históricos de formação e ocupação do Oeste do PR, segundo Wachowicz (1982), foi o sistema de extração da erva-mate nativa, no século XIX, e a ação das campanhas colonizadoras que atraíram agricultores da região Sul do BR.

Silva, Lisboa e Gimenez (2022) afirmam que por volta de 1880, a formação da Tríplice Fronteira foi impulsionada por diversos fatores como a instalação da Colônia Militar no lado brasileiro; a criação do Parque Nacional Iguaçu na ARG; a implantação da política de ocupação da fronteira Leste no PY; a criação da Ponte Internacional da Amizade (PIA) e da Itaipu Binacional; e, a onda de migração dos povos do Sudeste da Ásia e do Oriente Médio.

Recortamos o nosso espaço geográfico de estudo a partir da fronteira Oeste do PR, conforme o Mapa 1. Essa fronteira corresponde a 239 km, majoritariamente, compreendida pelo rio Paraná e parte do rio Iguaçu. Entre os municípios limites estão ao norte, a cidade de Guaíra/PR e ao sul, a cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Mapa 1 – Fronteira entre o Oeste do PR e o PY.



Fonte: Elaboração própria (2026).

O Mapa 1 foi elaborado pelo software Quantum GIS (QGIS). Essa ferramenta é um software livre e de código aberto de Sistema de Informação Geográfica (SIG) utilizado para visualizar, editar, gerenciar, analisar e produzir mapas como produto final. As várias informações coletadas em campo ou de forma virtual, compõem uma gama de dados geoespaciais que podem subsidiar ações de intervenção local ou tomadas de decisões.

Entre 1970 e 1984, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional representou um marco histórico e de desenvolvimento socioeconômico para a região. Intensas mudanças impulsionaram grandes avanços e transformações importantes para todos os municípios lindeiros⁴, como a urbanização e o crescimento populacional, desenvolvimento no setor industrial, econômico e de serviços, e crescimento comercial e do turismo.

⁴ Municípios lindeiros são cidades vizinhas que fazem divisa, limite ou confrontam diretamente com uma área específica, como um lago, rodovia, parque nacional ou divisa internacional. É o caso das 16 cidades paranaenses e sul-mato-grossenses limítrofes ao lago da usina de Itaipu Binacional, que atuam de forma integrada no desenvolvimento regional.

Embora notório desenvolvimento social, a formação do reservatório do Lago de Itaipu aliada a grandiosa engenharia da hidrelétrica, gerou vários problemas ambientais e sociais como o aumento significativo de práticas ilícitas no território, o enfraquecimento de ecossistemas locais e o deslocamento forçado de famílias locais.

Para Abreu (2016), a região de Tríplice Fronteira que é geradora de relações comerciais informais ligadas ao contrabando e ao descaminho tem ocasionado o aumento dos índices de violência. O tráfico internacional de drogas, munições e armas também faz parte do rol de ilicitudes transfronteiriças.

A geografia da fronteira do BR com o PY é um dos principais quebra-cabeças a serem solucionados pelos órgãos de segurança pública, pois sua vasta extensão permite a utilização de vários pontos, rotas e modais de travessia favorecendo o fortalecimento da atuação de criminosos e quadrilhas.

A fragilidade das políticas públicas na faixa de fronteira, as sensações de impunidade favorecem a expansão do cometimento dos crimes específicos, revelando uma atuação insuficiente do Estado e, por vezes, desarticulada por conta de legislações complexas e desconectadas da realidade de cada fronteira (SOUZA *et al*, 2019).

As regiões do rio Paraná pós-hidroelétrica e do Lago de Itaipu já são territórios consolidados para prática de ilícitos. A grande extensão para patrulhamento das forças policiais permite aos criminosos o transporte de ilícitos da margem paraguaia do rio para a margem brasileira. Apesar da legislação ambiental brasileira proteger a mata ciliar do lago, isso não inibe o uso dos diversos portos clandestinos às margens do rio Paraná.

Barros e Dal Pozzo (2023) apontam um levantamento realizado pela Polícia Militar do Paraná (PMPR) a qual mapeou, em 2022, cerca de 300 portos clandestinos no Lago de Itaipu. O ilícito é despachado do lado paraguaio em cargas e embalagens que caibam em pequenas embarcações as quais realizam a travessia de forma velada até as cidades lindeiras como Entre Rios do Oeste/PR e se destinam a cidades secundárias como Toledo/PR.

A variedade de portos clandestinos é apenas um componente da grande engrenagem logística dos ilícitos na fronteira. A existência de uma boa malha viária possibilita o escoamento das cargas até os grandes centros e portos marítimos internacionais.

As organizações criminosas que atuam nessa região, possuem uma rede bem articulada. O Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma organização que instalou um posto de comando na Tríplice Fronteira para dominar a logística do tráfico de drogas e contrabando de mercadorias, principalmente, o domínio dos portos clandestinos para recepção e despacho de mercadorias e drogas para o BR (GOMES, 2017).

Assim a Tríplice Fronteira se configura como um espaço geográfico dinâmico em que o fluxo de pessoas de diversas nacionalidades, as relações de comércio legais e ilegais, e as redes que se estabelecem entre os países demonstram a complexidade da região.

DINÂMICAS TERRITORIAIS E RELAÇÕES DE PODER NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Para o estudo da região fronteira em questão, corroboramos com Machado (2006) ao defender que a fronteira dos Estados nacionais e suas regiões são singulares, ou seja, ultrapassa qualquer delimitação cartográfica delineada por mapas para uma rede ativa de interações entre poderes estatais, onde as fronteiras evidenciam barreiras e espaços de cooperação.

A concepção de fronteira é marcada pelo dinamismo social, econômico e político, a exemplo do que ocorre na região da PIA que vai além da conexão física entre dois países. É marcada pelo fenômeno circulatório de pessoas e mercadorias e pela ação dos Estados-nação. A fronteira assume um caráter dúbio, pois ao mesmo tempo que favorece a cooperação e aproximação entre as nações, viabiliza a atuação de práticas ilícitas.

Outra categoria de análise relevante é que “o limite internacional foi estabelecido como conceito jurídico associado ao Estado territorial no sentido de delimitar espaços mutuamente excludentes e definir o perímetro máximo de controle soberano exercido por um Estado central.” (MACHADO, 2006, p. 59).

A linha que divide o BR e PY na PIA é abstrata e representa a soberania de cada país, mas pode ser materializada ao identificarmos o rio Paraná como o limite físico que os separa. A zona de fronteira segundo Machado (2016) é o espaço relacional, é a área ou região ao redor do limite internacional que pode incluir cidades, redes e relações sociais. A zona de fronteira conecta, mas também gera tensões.

Cidades-gêmeas é um conceito bastante utilizado por Machado (2016) para demonstrar os municípios ou aglomerados urbanos que estão em lados opostos pelos limites internacionais, mas se conectam pelas relações socioeconômicas. *Ciudad del Este*, no PY, e Foz do Iguaçu/PR são cidades-gêmeas que guardam intensa interdependência, até mais do que com seus territórios nacionais.

Para melhor compreensão das relações de poder existentes nas áreas de fronteira, Raffestin (1993) revela que os territórios delimitados pela linha imaginária entre os Estados são produto de relações de poder entre atores, redes e controle. Os atores são identificados pelo Estado, empresas, comerciantes, população e grupos ilegais. As redes são as ligações e fluxos que conectam os atores como a migração, o transporte e o comércio. E o controle está relacionado aos controles do Estado, econômico e informal. Portanto, o território, fruto de análise deste trabalho, é produzido por atores, que através das redes de conexão, exercem certo domínio sobre o espaço geográfico. A dinâmica territorial na região compreendida da Tríplice Fronteira é variável e necessita, pelo menos de forma breve, análise histórica e da compreensão do arcabouço teórico para avançarmos para questões de segurança na Tríplice Fronteira.

EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO DRONE E DO SARP

Em 1849, houve a primeira utilização de VANT para fins militares. Porém, os VANT ganharam importância na Primeira Grande Guerra (1914-1918) a partir de aeronaves controladas por equipamentos rádios. A corrida armamentista e tecnológica foi cada vez mais pujante. Houve emprego de VANT na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Guerra da Coreia (1950-1953), Guerra do Golfo (1990-1991), Guerra do Afeganistão (2001-2021) e, recentemente, no conflito internacional travado entre a Rússia e Ucrânia, desde 2022.

As tecnologias foram se desenvolvendo e novos protótipos de VANT foram surgindo. O aeromodelismo foi utilizado como base de estudos para baratear custos e proporcionar o acesso às aeronaves pela população. A universalização dos VANT trouxe ao público em geral dispositivos mais simples, comumente chamados de drones os quais são versáteis e servem para recreação, agrimensura, levantamentos geográficos e segurança pública.

Essas ferramentas oferecem vigilância contínua, monitoramento em tempo real, suporte tático em operações policiais, capacidade de resposta imediata e aumento da segurança do agente devido a redução da exposição do operador. Portanto, “[...] fica demonstrado que os drones se consolidaram como ferramenta indispensável para o policiamento realizado de fronteiras especialmente no Brasil [...]” (VOLTOLINI JUNIOR, 2025, p. 20).

O termo drone originou-se com os britânicos ao criarem o *Queen Bee*, uma aeronave barata não tripulada, controlada por sinais de rádio que era utilizada como alvo para treinamento de aquisição e destruição de alvos durante o treinamento de militares de artilharia antiaérea (SILVA, 2018).

Nas últimas décadas, o avanço da utilização das aeronaves não tripuladas cresceu exponencialmente, trazendo desenvolvimento de novas técnicas e de aperfeiçoamento do material. Além de VANT e drone, a literatura atual traz o uso do termo Aeronave Remotamente Pilotada (ARP), em inglês *Remotely Piloted Aircraft* (RPA).

No Brasil, três agências são responsáveis pelos aspectos normativos e administrativos que envolvem o emprego dessas aeronaves: a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), órgão responsável pelo cadastro e controle de pilotos e das RPA; o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA), responsável pela utilização do espaço aéreo nacional; e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), responsável pela homologação dos equipamentos de comunicação utilizados nos drones. O SARP é o conjunto completo necessário para operar a aeronave. Ele inclui a ARP e todos os elementos que permitem sua operação. A ARP (drone), a estação de controle em solo, o link de comunicação e transmissão de dados, equipamentos de apoio e lançamento/recuperação e a equipe de operadores fazem parte do amplo conjunto SARP.

A nomenclatura SARP é mais utilizada pelas agências reguladoras, forças de segurança, normas técnicas e meio acadêmico, em contrapartida, a terminologia drone é amplamente utilizada no meio civil como em situação de voo recreativo.

Uma das classificações dos SARP é quanto ao tipo de voo: os de asas fixas que se assemelham a aviões, são recomendados para voos em altitudes elevadas; e os de asas móveis ou rotativas conhecidos por multirotores, voam mais lentamente, em altitudes mais baixas, com pouso e decolagem na vertical, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Modelos de asas móveis e asas fixas.



Fonte: Giovanini (2021).

O drone à esquerda é um modelo Air 2S da empresa DJI utilizado pelo público civil no dia a dia, porém o Air 2S possui características que podem facilitar mapeamentos simples e auxiliar de forma limitada o trabalho das forças de segurança na região de fronteira.

O drone à direita é um modelo *SenseFly eBee Plus* de asa fixa profissional projetado para mapeamento fotogramétrico de alta precisão, especialmente para cobrir grandes áreas com eficiência. Este drone é usado para levantamentos topográficos e de extensão em grandes áreas agrícolas e de mineração.

A ANAC trabalha com diferenciações de VANT em classes baseadas no peso máximo de decolagem. A classe 1 atende aos aparelhos com peso maior que 150 kg, a classe 2 com peso entre 25 kg e 150 kg e a classe 3 até 25 kg.

O SARP Hermes 900 é um sistema utilizado pela Força Aérea Brasileira (FAB) em missões de localização de indivíduos perdidos em áreas de difícil acesso e vigilância de grandes extensões de área, principalmente regiões fronteiriças. Ele é fabricado pela empresa *Elbit Systems*, pesa cerca de 1 tonelada (classe 1) e possui sistema óptico de 10 câmeras conhecido por *SkEye*.

O SARP Nauru 1000C é fabricado pela *Xmobots* e utilizado pelo Ministério da Defesa (MD). Projetado para operações de vigilância e reconhecimento especialmente, para o monitoramento das fronteiras. Tem entre 150 kg e 180 kg (classe 2) e possui sensores optrônicos que melhoram a aquisição de imagens aéreas. Tecnicamente, o Nauru fica ligeiramente acima de 150 kg, então em contextos militares pode assumir a classe 1.

O Matrice 350 RTK é uma plataforma da DJI que pesa cerca de 6,5 kg (classe 3). É amplamente utilizado por órgãos de segurança pública, em serviços de mapeamento, fiscalização ambiental e serviços de emergência. Seu uso é difundido em vários ramos pois é um sistema mais leve, versátil e que pode ser transportado de maneira rápida.

A capacidade dos SARP em executar diversos tipos de trabalhos está diretamente ligada aos recursos que cada aeronave possui. A comunicação entre a aeronave e a estação de controle em solo é realizada via ondas de radiofrequência, isso influencia na tomada de posição do operador em relação ao SARP.

Os tipos de operações de voos de drones podem ser classificados com base na visibilidade do piloto ou do sistema de controle. O *Visual Line Of Sight* (VLOS) é quando o piloto mantém visada contínua no drone sem auxílio de câmeras ou telescópios. O *Beyond Line Of Sight* (BLOS) é quando o drone está fora da linha de visada do piloto, dependendo de sensores e câmeras à disposição da localização. O *Extended Visual Line Of Sight* (EVLOS) é quando o piloto não vê diretamente o drone, mas um observador ou um sistema auxilia na visada.

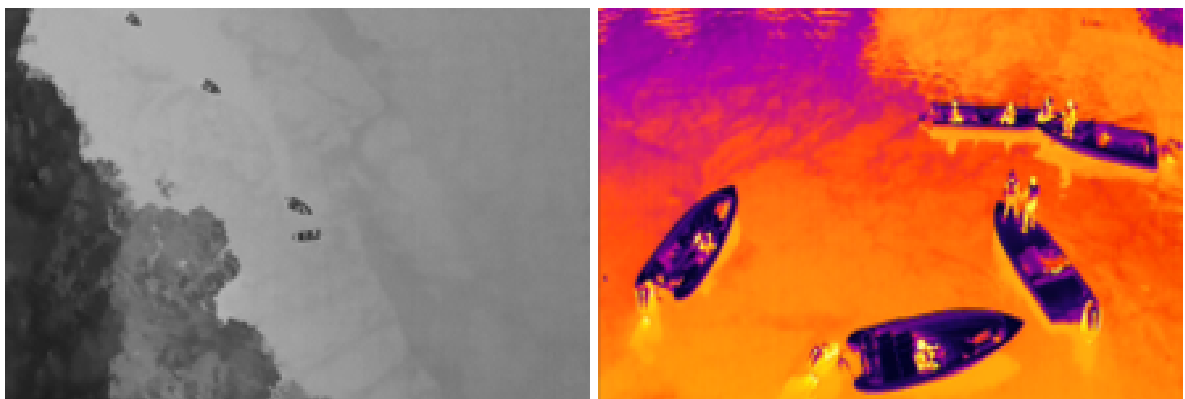
Para operações de segurança nas zonas de fronteira é quase unânime a utilização da visada BVLOS, já que permite cobrir longas distâncias sem reposicionamento constante do piloto.

A versatilidade dos SARP é ampliada pela variedade de recursos tecnológicos de acordo com cada modelo. O DJI Matrice 350 RTK pode vir equipado com câmeras de visão noturna e visão térmica. A câmera de visão noturna permite visualizar diferenças entre contornos nas imagens a partir das cores em escala de cinza.

A câmera com sensor termal faz a leitura das imagens captadas a partir da assinatura termal, ou seja, as temperaturas mais altas tendem a ser representadas por cores claras (branco/laranja) e as temperaturas mais baixas são representadas por cores escuras (azul/preta).

As imagens noturnas e termais representadas na Figura 2 foram captadas no período de baixa ou quase nenhuma visibilidade durante uma temporada de pesca no rio Paraná, na zona de fronteira em questão.

Figura 2 – Imagem captada por sensores noturno e termal.



Fonte: Elaboração própria (2026).

As representações noturnas e termais geradas por drones podem não ser tão intuitivas a ponto de mostrar claramente contornos de embarcações e pessoas. A análise das imagens exige preparação técnica do operador antes do voo propriamente dito.

As imagens não representam cores reais. É preciso entender as diferentes fontes de calor geradas por motores, pessoas e o próprio ambiente ao redor e, também, conhecer as variações de contrastes e as silhuetas dos objetos no ambiente a ser monitorado.

A qualidade das imagens aéreas geradas por SARP dependem, principalmente, da altura em que a fotografia foi obtida. Se o drone voar próximo ao solo, as imagens serão mais detalhadas, contudo o ruído emitido pelo funcionamento dos rotores/hélices pode comprometer o andamento dos trabalhos das forças de segurança.

O estudo técnico do drone, o conhecimento do ambiente a ser mapeado, as condições meteorológicas influenciam na altura mínima de voo do SARP para que se evite o som emitido em voo. Empiricamente, em ambiente urbano com bastante ruído aconselha-se voo em altitudes acima de 120 metros, porém em áreas inóspitas com pouquíssimo ruído aconselha-se voar acima da altitude de 150 metros ou até mais alto.

Apesar dos SARP oferecem muitas vantagens, ainda há restrições importantes como: a ausência de um piloto a bordo que impede avaliações instantâneas e decisões rápidas; a necessidade contínua de *Global Position System* (GPS) para navegação; a duração limitada da bateria que impacta o tempo de voo; e, a influência das condições climáticas.

A INTEGRAÇÃO DOS SARP ÀS OPERAÇÕES DE SEGURANÇA NA FAIXA DE FRONTEIRA OESTE DO PR

Potências militares usam essa tecnologia para além de ações de reconhecimento, vigilância e monitoramento. Estão utilizando as capacidades dos drones para carregar explosivos, transportar até as linhas inimigas e realizar o lançamento remoto em alvos designados. Dessa forma, o drone começa a assumir o papel de novo vetor em combate.

A Guerra do Afeganistão (2001-2021) foi um exemplo de emprego de drones em operações antiterroristas, onde a aeronave utilizada foi fundamental para vigilância prolongada e a realização de alguns ataques coordenados à distância. Esse conflito ficou marcado como uma das primeiras operações militares modernas a utilizar drones em larga escala.

Em situações atuais, a Força Aérea da Letônia tem reforçado a vigilância das suas fronteiras com a Rússia. Pois, desde 2024, a Letônia identificou o aumento expressivo de ações de drones oriundos do território russo e adentrando os limites internacionais letão.

Em novembro de 2025, as Forças Armadas Argentina desdobraram seus meios através da operação “*Julio Argentino Roca*” nas faixas de fronteira entre ARG e BR. As regiões-alvo foram as cidades-gêmeas de *Bernardo Irigoyen*, província de *Misiones*, na ARG e Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina (SC), e *Puerto Iguazú*, província de *Misiones*, na ARG e Foz do Iguaçu/PR.

A operação foi desencadeada a partir de indícios de que criminosos e traficantes poderiam ultrapassar a fronteira rumo a ARG após as operações policiais ocorridas contra a facção Comando Vermelho (CV), no Rio de Janeiro/RJ. As forças argentinas utilizam drones para vigilância da faixa de fronteira a fim de monitorar crimes transfronteiriços (ARGENTINA, 2025).

Nesse contexto, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que o uso de drones já faz parte da rotina de trabalho de grande parte das forças de segurança do país. Cerca de 63% das forças brasileiras já adotam essas ferramentas tecnológicas no seu cotidiano. Isso indica um fenômeno irreversível que coloca o SARP como parceiro nas grandes operações nas zonas de fronteira e, também, em atividades de segurança menos complexas (FGV, 2023).

No início dos anos 2000, as operações de segurança na Tríplice Fronteira aconteciam, majoritariamente, por patrulhas a pé e fluvial. Mesmo sendo eficientes, esses métodos tinham limitações por conta dos altos custos, dificuldade de acessar locais remotos e a exposição dos agentes de segurança ao perigo iminente e muitas vezes desconhecido.

As diversas esferas governamentais perceberam a importância do aperfeiçoamento de pessoal, material, técnica e táticas para o embate cada vez mais rigoroso contra os criminosos. Desse modo, passaram a investir em novas tecnologias que pudessem ampliar suas capacidades e tornar as operações mais eficientes.

Em 2023, o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron), da PMPR, passou a utilizar drones com sensores termais e noturnos de forma imediata e de pronta resposta em apoio às equipes policiais em ocorrências na zona de fronteira. Até 2022, a técnica de emprego imediato pelas equipes de segurança do BPFron era quase inexistente. Um comparativo entre as apreensões de entorpecentes entre 2022 e 2023, na região de fronteira, aponta que houve aumento de 97% de maconha, 326% de cocaína e 158.588% de crack. Existem diversos fatores que influenciam o aumento das apreensões, mas não se descarta o papel preponderante do SARP em apoio a vigilância da fronteira (VOLTOLINI JUNIOR, 2025).

O uso de SARP, surgiu como resposta a um contexto cada vez mais volátil e, no âmbito operacional, os drones são empregados em ações conjuntas com o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), que faz parte de um projeto estratégico do MD que busca integrar sensores, radares, comunicações e centros de comando em uma rede de vigilância coordenada para reduzir as situações de vulnerabilidade em mais de 16.000 km de faixa de fronteira.

A partir de 2010, o MD começou a usar os SARP em missões de segurança na Copa do Mundo de Futebol (2014), e em trabalhos de reconhecimento e vigilância nos Jogos da XXXI Olimpíadas (Rio 2016) e nas faixas de fronteira – no escopo do SISFRON. O uso de drones em grandes eventos favoreceu a consciência situacional dos grandes decisores, em contrapartida, verificou-se a necessidade de regulamentação do emprego de SARP e investimentos direcionados para aquisição de equipamentos e treinamento de equipes de operações (BRASIL, 2016; AGÊNCIA BRASIL, 2016).

A Operação Ágata foi concebida pelo MD pelo Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, que criou o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), no qual as FA coordenam com os entes federativos e seus diversos Órgãos de Segurança Pública (OSP) e agências de Estado, as ações integradas contra ilícitos transfronteiriços e ambientais, em situação de normalidade, adotando medidas preventivas e repressivas, a fim de combatê-los (BRASIL, 2011).

No âmbito da Operação Ágata, o MD utiliza SARP de classes maiores que realizam missões de reconhecimento e vigilância de longo alcance, transmissão de imagens em tempo real e apoio direto aos agentes de segurança em solo. A preferência é para tecnologias nacionais como o FT-100 Horus, Nauru 500C e o Nauru 1000C, ilustrados na Figura 3.

Figura 3 - Drones modelo FT-100 Horus e Nauru 500C/1000C.



Fonte: Elaboração própria com base em PODER AÉREO (2014) e XMOBOTS (2026).

Entre 15 e 19 de setembro de 2025, durante a Operação Ágata foram apreendidos cigarros, drogas e mercadorias contrabandeadas que contabilizaram cerca de R\$13 milhões. Entre 22 e 26 de novembro de 2025, a mesma operação ocasionou cerca de R\$1,8 milhão de prejuízos às Organizações Criminosas (ORCRIM) ao combater crimes na faixa de fronteira. Para além da integração entre agências do Estado e a realização de patrulhamentos e postos de bloqueios, o emprego tático do SARP foi crucial para o levantamento de rotas de contrabando e travessias clandestinas entre as cidades-gêmeas (BRASIL, 2025a, 2025b).

Em 16 de setembro de 2025, no âmbito da Operação Ágata e da Operação Protetor de Divisas e Fronteiras, o MD, o BPFron e a Polícia Federal (PF) apreenderam cerca de 4 mil cigarros eletrônicos localizados numa área de mata fechada no Parque Nacional da Ilha Grande, em Altônia/PR (BRASIL, 2025a).

Na Figura 4, verifica-se cerca de 20 caixas parcialmente cobertas por uma lona preta que se confunde com as cores escuras da mata e do material orgânico em volta.

Esse procedimento dificulta o escaneamento por uma patrulha a pé que adentra a vegetação. Além disso, a cobertura da copa das árvores inviabiliza a leitura de imagens aéreas captadas por drones.

Figura 4 – Carga escondida no Parque Nacional da Ilha Grande.



Fonte: BRASIL (2025a).

A região em que a carga foi apreendida é bastante utilizada pelas ORCRIM como depósito intermediário e temporário de contrabando e drogas. A área é constantemente monitorada e vigiada por VANT da segurança pública que revelam trilhas e picadas entre as margens do rio e o interior da mata, indicando depósitos provisórios.

O monitoramento e a vigilância das faixas de fronteira dependem cada vez mais dos meios tecnológicos. O fator humano ainda é preponderante para a segurança nessas regiões. Entender que as operações com VANT nas faixas de fronteira tendem a aumentar e que o binômio operador-drone é uma realidade que cada vez mais é incorporada na segurança das faixas de fronteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos um breve histórico da formação territorial do Oeste do PR e identificamos que o seu processo de constituição está intimamente ligado a territorialização de migrantes e de agricultores, dos processos extrativistas, da construção de estruturas estratégicas como a PIA e a hidrelétrica Itaipu Binacional e das campanhas militares de colonização.

De fato, esse processo histórico trouxe novas relações socioculturais entre nacionalidades distintas e propiciou desenvolvimento socioeconômico. A esteira do desenvolvimento, surgiram problemas ambientais, desigualdades sociais e, principalmente, as práticas ilegais ligadas à economia informal de fronteira.

A fronteira Oeste do PR deve ser compreendida como um espaço geográfico dinâmico que avança pelas questões de uma simples delimitação territorial. Ela é marcada pelo fluxo intenso de pessoas, por interações econômicas e pelas políticas locais. Ao mesmo tempo que os limites entre Estados se integram e cooperam, causam tensões que refletem nas questões de práticas ilícitas. Portanto, o território é produzido e produz relações de poder entre os diversos atores.

Apresentamos a evolução do VANT, desde seus primeiros empregos militares em guerras até a sua universalização no meio civil. Demonstramos algumas características, capacidades, vulnerabilidades e meios de uso das principais aeronaves que equipam as forças de segurança que atuam na área de fronteira. Notamos que a cada dia, novas tecnologias surgem no cenário mundial e que SARP mais atuais podem oferecer melhores resultados em prol da segurança nos limites internacionais.

Notamos a viabilidade do emprego dos SARP em apoio às defesas das fronteiras de países em processo de litígio. Países como a ARG monitoram suas fronteiras com o BR empregando VANTs para reduzir ou evitar crimes na fronteira. As operações dos diversos órgãos de segurança e de defesa na faixa de fronteira demonstraram que a empregabilidade de tecnologia no monitoramento e vigilância causa prejuízos às ORCRIM e revela seu papel social ao garantir a ordem pública.

Porém, é preponderante o papel do poder público quanto à destinação de orçamento para aquisição, atualização e treinamento dos vários componentes do SARP e seus operadores.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. Tríplice Fronteira: blindada ou bestializada? Proposta de análise de uma subcultura delinquencial em Foz do Iguaçu. In: **Foz + 100: aspectos da comunidade imaginada na tríplice fronteira – estudos para o segundo centenário de Foz do Iguaçu**. 1. ed. [S.l.]: Editora Novas Edições Acadêmicas, 2016. p. 181–190.

AGÊNCIA BRASIL. **Uso de drones será restringido durante o percurso da tocha e Jogos Olímpicos**. Brasília, 2016. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2016/05/02/uso-de-drones-sera-restringido-durante-o-percurso-da-tocha-e-jogos-olimpicos.htm>. Acesso em 5 fev. 2026.

ARGENTINA. Ministerio de Defensa. **El Comando de Operaciones Conjuntas evaluó el desarrollo de la Operación “Julio Argentino Roca”**. Argentina.gob.ar, 2025. Disponível em <https://www.argentina.gob.ar/noticias/el-comando-de-operaciones-conjuntas-evaluo-el-desarrollo-de-la-operacion-julio-argentino-roca>. Acesso em 3 mar. 2026.

BARROS, L. S.; DAL POZZO, E. Ambiente fluvial, violência e as commodities ilícitas nas cidades brasileiras lindeiras ao Lago de Itaipu. **Revista (Re)Definições das Fronteiras**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 3, p. 267–317, 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011. **Institui o Plano Estratégico de Fronteiras**. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em planalto.gov.br. Acesso em 7 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Defesa utilizará experiência da Copa do Mundo para segurança dos Jogos Olímpicos Rio 2016**. Brasília, 2016. Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/defesa-utilizara-experiencia-da-copa-do-mundo-para-seguranca-dos-jogos-olimpicos-rio-2016>. Acesso em 5 fev. 2026.

BRASIL. **Operação Ágata Fronteira Sul resulta em R\$ 13 milhões em apreensões**. Exército Brasileiro, 24 set. 2025a. Disponível em <https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/operacao-agata-fronteira-sul-resulta-em-r-13-milhoes-em-apreensoes>. Acesso em 12 fev. 2026.

BRASIL. **Apreensões na Operação Ágata Fronteira Sul resultam em R\$ 1,8 milhão em prejuízos ao crime organizado**. Comando Militar do Sul, 2 dez. 2025b. Disponível em <https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/apreensoes-na-operacao-agata-fronteira-sul-resultam-em-r-1-8-milhao-em-prejuizos-ao-crime-organizado>. Acesso em 12 fev. 2026.

FGV – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Pesquisa analisa impacto das novas tecnologias na segurança pública**. Portal FGV, 2023. Disponível em <https://portal.fgv.br/noticias/pesquisa-analisa-impacto-novas-tecnologias-seguranca-publica>. Acesso em 03 fev. 2026.

GIOVANINI, A. **Drone versus VANT**. 2021. Disponível em <https://adenilsongiovanini.com.br/blog/vant-o-que-e-e-quais-os-tipos-existent/dron-e-versus-vant/>. Acesso em 12 jan. 2026.

GOMES, R. P. **PCC em debate**: busca de alternativas de combate ao crime organizado. Trabalho de Conclusão de curso Direito – Núcleo de Monografia Jurídica apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA. 2017. 55 f.

MACHADO, L. O. Cidades na fronteira internacional: conceitos e tipologia. In: **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CIDADES DE FRONTEIRA**, 2., 2006, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Paraná, 2006. p. 58-69.

PODER AÉREO. **Horus FT-100**. 2014. Disponível em <https://www.aereo.jor.br/tag/horus-ft-100/>. Acesso em 10 fev. 2026.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, M. C. **A “revolução militar” dos drones (2001 a 2018)**: da “caçada humana” no Afeganistão às várias frentes de batalha no Oriente Médio e ao aumento da escala da guerra entre as “grandes potências”. 2018. 229 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018. Disponível em <https://repositorio.uepb.edu.br/server/api/core/bitstreams/ae14be83-6afc-41a8-8d02-e212e4849454/content>. Acesso em 10 fev. 2026.

SILVA, M. A.; LISBOA, M. T.; GIMENEZ, H. M.; Extremo Oeste: a historiografia regional, o Oeste e a (Tríplice) Fronteira internacional do Paraná. **Revista de História Regional**, v. 27, n. 1, p. 360–388, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.27i1.0014>

SOUZA, D. P. de et al. Tráfico de drogas e violência: a miopia do Estado e as políticas públicas de fronteira. In: BARROS, L. S.; LUDWIG, F. J. (org.). **(Re)Definições das fronteiras**: desafios para o século XXI. Foz do Iguaçu: Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), 2019. p. 131-146. Disponível em <https://www.idesf.org.br/wp-content/uploads/2026/02/Redefinic%C3%A7%C3%A3o-das-Fronteiras-desafios-para-o-s%C3%A9culo-XXI.pdf>.

VOLTOLINI JUNIOR, V. O emprego contínuo e imediato de drones no policiamento de fronteira. **Revista Científica RECIMA21**, v. 6, n. 6, p. 1–23, 2025. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v6i6.6535>.

WACHOWICZ, R. **Obrageiros, mensus e colonos**: história do oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

XMOBOTS. **Segurança e Defesa**. 2026. Disponível em <https://xmobots.com.br/seguranca-e-defesa/>. Acesso em 10 fev. 2026.

O NOVO MAPA DO CONTRABANDO: A ASCENSÃO DAS FACÇÕES NOS MERCADOS ILEGAIS

Eloiza Dal Pozzo
Luciano Stremel Barros
Ana Margarida Durão

RESUMO

O estudo analisa a evolução do contrabando no Brasil nos últimos dez anos, destacando sua transformação em uma importante fonte de financiamento do crime organizado. A pesquisa demonstra que, embora o cigarro continue sendo o principal produto ilegal do país, novos mercados, como canetas emgracedoras, cigarros eletrônicos, medicamentos, celulares, vinhos e agroquímicos, ganharam relevância. O trabalho evidencia a ampliação da atuação das facções criminosas, o crescimento das fábricas clandestinas e o uso de estruturas logísticas cada vez mais sofisticadas. Com base em dados oficiais, entrevistas com especialistas, levantamento de mercado e análise territorial, o estudo conclui que o contrabando gera impactos econômicos, sociais e de segurança pública significativos. Por fim, defende o fortalecimento da cooperação institucional, da inteligência, da fiscalização e das políticas públicas integradas para enfrentar os mercados ilícitos e suas conexões com o crime organizado.

Palavras-chave: Contrabando; descaminho; fronteiras; organizações criminosas.

ABSTRACT

This study analyzes the evolution of smuggling in Brazil over the past decade, highlighting its transformation into a significant source of financing for organized crime. The research demonstrates that, although cigarettes remain the country's primary illicit product, emerging illegal markets—including weight-loss injection pens, electronic cigarettes, pharmaceuticals, mobile phones, wine, and agricultural chemicals—have gained increasing relevance. The study highlights the expansion of criminal organizations into these markets, the growth of clandestine manufacturing facilities, and the use of increasingly sophisticated logistics networks. Based on official data, expert interviews, market surveys, and territorial analysis, the research concludes that smuggling generates substantial economic, social, and public security impacts. Finally, it advocates strengthening institutional cooperation, intelligence-sharing, enforcement efforts, and integrated public policies to address illicit markets and their connections to organized crime.

Keywords: Smuggling; Customs Fraud; Borders; Criminal Organizations.

INTRODUÇÃO

O contrabando e o descaminho são atividades que desafiam a segurança pública, a arrecadação tributária e o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Dez anos após a publicação do estudo “O Custo do Contrabando”, o presente trabalho revisita o tema para compreender como os mercados ilegais evoluíram, quais produtos passaram a ocupar posição de destaque nas apreensões e de que forma as organizações criminosas ampliaram sua participação nessas atividades.

A pesquisa demonstra que o contrabando deixou de ser apenas uma prática associada à evasão tributária para se consolidar como uma importante fonte de financiamento do crime organizado. Ao mesmo tempo, surgiram novos produtos ilícitos, novas rotas logísticas e novos modelos de atuação criminosa, especialmente associados à falsificação industrial, a partir da montagem de fábricas de cigarros ilegais no Brasil e à lavagem de dinheiro.

Os dados analisados indicam que, nos últimos cinco anos, os produtos contrabandeados e descaminhados apreendidos pela Receita Federal somaram aproximadamente R\$22 bilhões, com média anual de R\$4,4 bilhões em apreensões. O cigarro continua sendo o principal produto do mercado ilegal brasileiro, mas novos itens passaram a ocupar posições relevantes, como cigarros eletrônicos, celulares, medicamentos, vinhos, defensivos agrícolas e canetas emagrecedoras.

Além disso, observou-se uma homogeneização da atividade ilegal, com uma margem fixa de custo logístico médio de 22%, independentemente do tipo de mercadoria. O estudo traz pesquisas de campo que mostram tais dados e também a logística aplicada ao crime.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem metodológica mista ao combinar procedimentos quantitativos e qualitativos para compreender a dinâmica contemporânea do contrabando, ao descaminho e da atuação das organizações criminosas associadas a esses mercados ilícitos.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da triangulação de diferentes fontes de informação, o que permite a análise integrada de aspectos econômicos, tributários, logísticos, territoriais, institucionais e criminais relacionados ao fenômeno. A primeira etapa consistiu na realização de pesquisa documental e levantamento de dados secundários. Foram analisadas informações provenientes de órgãos públicos de fiscalização e segurança, especialmente dados de apreensões da Receita Federal do Brasil, da Polícia Federal e de outras instituições atuantes no controle de fronteiras. Também foram consultadas estatísticas setoriais, estudos técnicos, legislações nacionais e internacionais, documentos oficiais, relatórios institucionais e pesquisas produzidas por entidades representativas dos setores econômicos afetados pelo mercado ilegal.

Com o objetivo de identificar a evolução dos mercados ilícitos ao longo da última década, empregou-se o método comparativo ao confrontar-se os resultados obtidos no estudo “O Custo do Contrabando”, publicado pelo IDESF em 2015, com os dados mais recentes disponíveis. Essa comparação permitiu avaliar mudanças nos produtos mais contrabandeados, nas rotas logísticas, nas formas de atuação dos grupos criminosos e nos impactos econômicos associados ao fenômeno.

A pesquisa também incorporou um levantamento de mercado voltado à análise da diferença de preços entre produtos comercializados legalmente no Brasil e mercadorias adquiridas em países vizinhos ou comercializadas por meio de canais informais. O levantamento foi realizado nos municípios de Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai), Puerto Iguazú (Argentina) e São Paulo (Brasil), além de plataformas digitais de comércio eletrônico. Os dados coletados possibilitaram a estimativa das margens de lucro potencial associadas ao contrabando e ao descaminho.

Para os cálculos, foram considerados custos logísticos, transporte, armazenagem, perdas operacionais, riscos inerentes à atividade ilícita e demais despesas envolvidas na cadeia de distribuição ilegal.

A dimensão qualitativa do estudo foi desenvolvida por meio da coleta de depoimentos e entrevistas com especialistas, gestores públicos e profissionais diretamente envolvidos no combate aos mercados ilegais.

Participaram da pesquisa representantes de forças de segurança, órgãos de fiscalização, sistema de justiça e especialistas em temas relacionados à criminalidade transnacional, trabalho escravo, logística e segurança pública. Esses relatos contribuíram para a interpretação dos dados quantitativos e para a compreensão das transformações observadas nas estruturas criminosas que atuam no contrabando.

Adicionalmente, foram analisados estudos de caso relacionados a operações policiais, ações de fiscalização, apreensões de mercadorias, desarticulação de fábricas clandestinas e investigações sobre organizações criminosas. A utilização de casos concretos permitiu ilustrar empiricamente os processos descritos ao longo do estudo e compreender as estratégias utilizadas pelos agentes envolvidos nas cadeias ilícitas.

A pesquisa também incorporou elementos de análise territorial e geoespacial. Foram examinadas informações referentes às principais rotas de circulação de mercadorias ilícitas, áreas de concentração de apreensões e pontos estratégicos de passagem nas regiões de fronteira. Para isso, utilizaram-se dados sistematizados em plataforma própria de monitoramento desenvolvida pelo IDESF, permitindo a identificação de padrões espaciais associados à logística do contrabando e à circulação de commodities ilícitas.

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa possui caráter exploratório e aplicado. É exploratória porque busca compreender fenômenos recentes e em constante transformação, como a diversificação dos produtos ilícitos, a expansão das facções criminosas para novos mercados e o surgimento de novas rotas logísticas. É aplicada porque pretende subsidiar a formulação de políticas públicas, estratégias de fiscalização e ações institucionais voltadas à redução dos impactos econômicos e sociais decorrentes do contrabando e do crime organizado.

A combinação dessas diferentes metodologias permitiu construir uma análise abrangente sobre as transformações ocorridas nos mercados ilegais na última década, contribuindo para a compreensão das causas, dinâmicas e consequências do contrabando no Brasil contemporâneo.

UMA ANÁLISE SOBRE O MERCADO ILEGAL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Ao comparar os dados atuais com aqueles levantados em 2015, observa-se uma profunda transformação no mercado ilegal brasileiro. Embora o cigarro continue liderando as estatísticas de apreensões, novos produtos passaram a desempenhar papel relevante nas atividades criminosas.

O cigarro eletrônico e as canetas emagrecedoras tornaram-se os itens mais apreendidos pelos órgãos de fiscalização. Mesmo proibidos no Brasil, os produtos são comercializados em larga escala tanto em estabelecimentos físicos quanto em plataformas digitais. Paralelamente, o crescimento do mercado ilegal de celulares, medicamentos, vinhos e agroquímicos evidencia a capacidade de adaptação das redes criminosas às oportunidades econômicas criadas por diferenças tributárias, cambiais e regulatórias entre os países da região.

Outro fenômeno relevante é a expansão da fabricação clandestina dentro do próprio território nacional. Em vez de apenas importar produtos ilegais, organizações criminosas passaram a investir na produção local de cigarros, bebidas e agroquímicos falsificados, aumentando suas margens de lucro e reduzindo riscos associados ao transporte internacional.

Historicamente, a diferença significativa da carga tributária entre Brasil e Paraguai é um dos principais motores do contrabando. A tabela a seguir apresenta uma lista de produtos altamente demandados e a diferença de preços entre o Brasil e o Paraguai e, no caso do vinho, entre o Brasil e a Argentina.

O cálculo do custo do contrabando considera logística de distribuição, pessoal envolvido e meios de transporte, além do custo da corrupção, riscos de perdas de produtos, riscos de sanções estatais, armazenagem e distribuição.

Os dados têm como fonte uma pesquisa de mercado realizada em Foz do Iguaçu (PR), Ciudad del Este (PY), Puerto Iguazu (AR), São Paulo (SP) e também em marketplaces. A cotação do dólar considerada foi de R\$5,48 (referente a agosto de 2025).

Tabela 1 - Diferença de preços e o potencial de lucro dos principais produtos contrabandeados e/ou descaminhados.

A	B	C	D
Produto	Diferença de preços BR e PY (%)	Custo do contrabando (%)	Lucro (%)
Cigarros	650	22%	507
Telefones celulares	500		390
Tênis	240		187
Óculos	400		312
Relógios	230		179
Informática	180		140
Cigarros eletrônicos*	333		259
Bebidas quentes	300		234
Brinquedos	500		390
Perfumes	275		214
Defensivos agrícolas	277		216
Pilhas	366		285
Pneus	192		149
Medicamentos	533		415
Canetas emagrecedoras	350		273
Produto	Diferença de preços BR e AR (%)	Custo do contrabando (%)	Lucro (%)
Vinho	400	22%	312

Fonte: Pesquisa de mercado realizada em Foz do Iguaçu (PR), Ciudad del Este (PY), Puerto Iguazu (AR), São Paulo (SP) e em marketplaces (IDESF, 2025).

Nos últimos dez anos, observa-se um processo de especialização - e até de hiperespecialização - das dinâmicas criminosas, especialmente no que se refere à logística aplicada ao contrabando. As facções passaram a operar com uma margem fixa de custo logístico médio de 22%, independentemente do tipo de mercadoria.

Diferentemente do que ocorria há uma década, quando os agentes do contrabando eram muitos atores e desconectados entre si, os custos variam conforme as dificuldades. As facções conseguiram homogeneizar estes custos e liderar sem concorrência a logística de entrega destes produtos.

O CIGARRO CONTINUA SENDO O PRINCIPAL MERCADO ILEGAL DO BRASIL

O cigarro permanece como o produto mais relevante do contrabando brasileiro, tanto em volume quanto em impacto econômico e social. A elevada carga tributária incidente sobre o cigarro legalizado no Brasil, combinada com a baixa tributação existente no Paraguai, cria uma diferença de preços que estimula o mercado ilegal.

Quadro 1 - Comparativo entre cigarro legal e cigarro contrabandeado.

Comparação: Cigarro legal x Cigarro contrabandeado		
Aspecto	Cigarro legalizado	Cigarro contrabandeado
Tributação	Altamente tributado (em média 80% do preço final é imposto - dependendo do estado e impostos aplicáveis (ICMS, IPI, PIS/Cofins, etc).	Os impostos que incidem no Paraguai, para as fábricas que são legalizadas no país, são, em média, de 16% - Imposto Seletivo ao Consumo (ISC) e Imposto sobre o Valor Agregado (IVA). Para as fábricas clandestinas, nenhum imposto.
Controle sanitário	Regulamentado pela Anvisa: limites de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono; embalagens padronizadas com advertências de saúde; fiscalização da composição.	Sem controle de qualidade: não há fiscalização sobre composição, podendo conter níveis maiores de nicotina, metais pesados e outras substâncias tóxicas.
Qualidade do produto	Produção dentro de normas técnicas e sanitárias, com rastreabilidade.	Produção sem padrões, tanto em fábricas legalizadas (no Paraguai) quanto em fábricas clandestinas, com ingredientes de origem desconhecida.
Legalidade	Permitido, desde que produzido e comercializado por empresas registradas, com recolhimento de impostos e respeito à legislação.	Entrada por contrabando, não tem registro sanitário, não paga impostos e a comercialização é crime.
Riscos à saúde	Pela legislação, o cigarro deve ter níveis de substâncias controladas, assim como ocorre na indústria alimentícia. Todas as informações para o consumidor estão descritas na embalagem.	Muito maior, sem informações ao consumidor e possivelmente com substâncias ainda mais nocivas pela ausência de controle.
Impactos econômicos	Gera arrecadação tributária; mantém empregos formais na indústria e comércio.	Perda bilionária de impostos (cerca de R\$ 9 bilhões/ano); gera concorrência desleal e desemprego no setor formal.

Impactos sociais	Recursos arrecadados podem ser destinados a políticas públicas (saúde, educação, etc).	Financia o crime organizado, corrupção, tráfico de drogas e armas; aumenta a violência.
-------------------------	--	---

Fonte: Elaboração dos autores (2026).

Conforme visto no quadro, enquanto o produto legal brasileiro está submetido a rigorosos controles sanitários, tributários e regulatórios, os cigarros contrabandeados entram no país sem recolhimento de impostos e sem qualquer fiscalização sanitária. Além das perdas tributárias estimadas em bilhões de reais por ano, o cigarro ilegal gera impactos sobre a saúde pública, financia organizações criminosas e alimenta estruturas de corrupção e violência.

O estudo demonstra que o problema não se restringe à concorrência desleal com a indústria formal. O cigarro contrabandeado também representa risco sanitário, uma vez que sua composição não é submetida às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), podendo conter substâncias potencialmente mais nocivas que aquelas presentes nos produtos regulamentados.

UM OLHAR SOBRE A INDÚSTRIA DO CIGARRO NO PARAGUAI

A produção de cigarros no Paraguai atingiu escala industrial significativa nas últimas décadas. As principais fábricas encontram-se localizadas próximas às regiões de fronteira, especialmente em Ciudad del Este, Hernandarias, Pedro Juan Caballero e Salto del Guairá, facilitando a logística de distribuição para os mercados consumidores.

Segundo estimativas apresentadas no estudo, a capacidade instalada da indústria paraguaia pode alcançar 60 bilhões de cigarros por ano, volume suficiente para atender parcela significativa da demanda brasileira. A expansão das plantas industriais observada nos últimos dez anos evidencia o crescimento desse setor. Os dados analisados indicam que apenas pequena parcela da produção destina-se ao consumo interno do Paraguai. A maior parte é direcionada para exportação formal ou informal, sendo o Brasil o principal destino. Entretanto, nos últimos anos foi possível mapear novas rotas de escoamento, incluindo a chamada “rota Suriname”, utilizada para abastecer mercados das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Tabela 2 - Produção de cigarro no Paraguai x País de destino.

País	2023 Vol (Bn)	%
Paraguai (consumo interno)	2,0	4%
Brasil	30,9	62%
Chile	5,0	10%
Colômbia	2,5	5%
Venezuela	2,4	5%
Peru	0,8	2%
Uruguai	0,4	1%
Outros	6,0	11%

Fonte: Abifumo (2025).

Além do contrabando tradicional, o Brasil passou a enfrentar o crescimento das fábricas clandestinas de cigarros. As entrevistas semiestruturadas realizadas revelam que grupos criminosos importaram conhecimento técnico, mão de obra especializada e equipamentos utilizados na produção industrial de cigarros.

Em muitos casos, trabalhadores paraguaios são recrutados para operar essas estruturas clandestinas, espalhadas em diversas cidades do Brasil e também em outros países.

As operações policiais realizadas nos últimos anos demonstram que essas fábricas possuem elevada capacidade produtiva e frequentemente mantêm trabalhadores em condições análogas à escravidão. Foram identificadas situações envolvendo restrição de liberdade, retenção de documentos, vigilância armada e condições degradantes de trabalho. O estudo conclui que a produção clandestina nacional tornou-se uma extensão da cadeia ilegal originalmente estruturada a partir do Paraguai.

AS FACÇÕES CRIMINOSAS DIVERSIFICARAM A SUA ATUAÇÃO

A pesquisa demonstra que as organizações criminosas brasileiras passaram a atuar de forma cada vez mais diversificada nos mercados ilegais, pois deixaram de concentrar suas atividades exclusivamente no tráfico de drogas e passaram a investir em mercados como cigarros, bebidas, combustíveis, agroquímicos, ouro, sementes e produtos falsificados. O interesse dessas organizações decorre da elevada lucratividade dessas atividades e do menor risco jurídico associado a determinados crimes econômicos.

A expansão para novos setores ocorre por meio do aproveitamento de estruturas logísticas já existentes, da utilização de empresas de fachada e da infiltração em cadeias produtivas aparentemente legais.

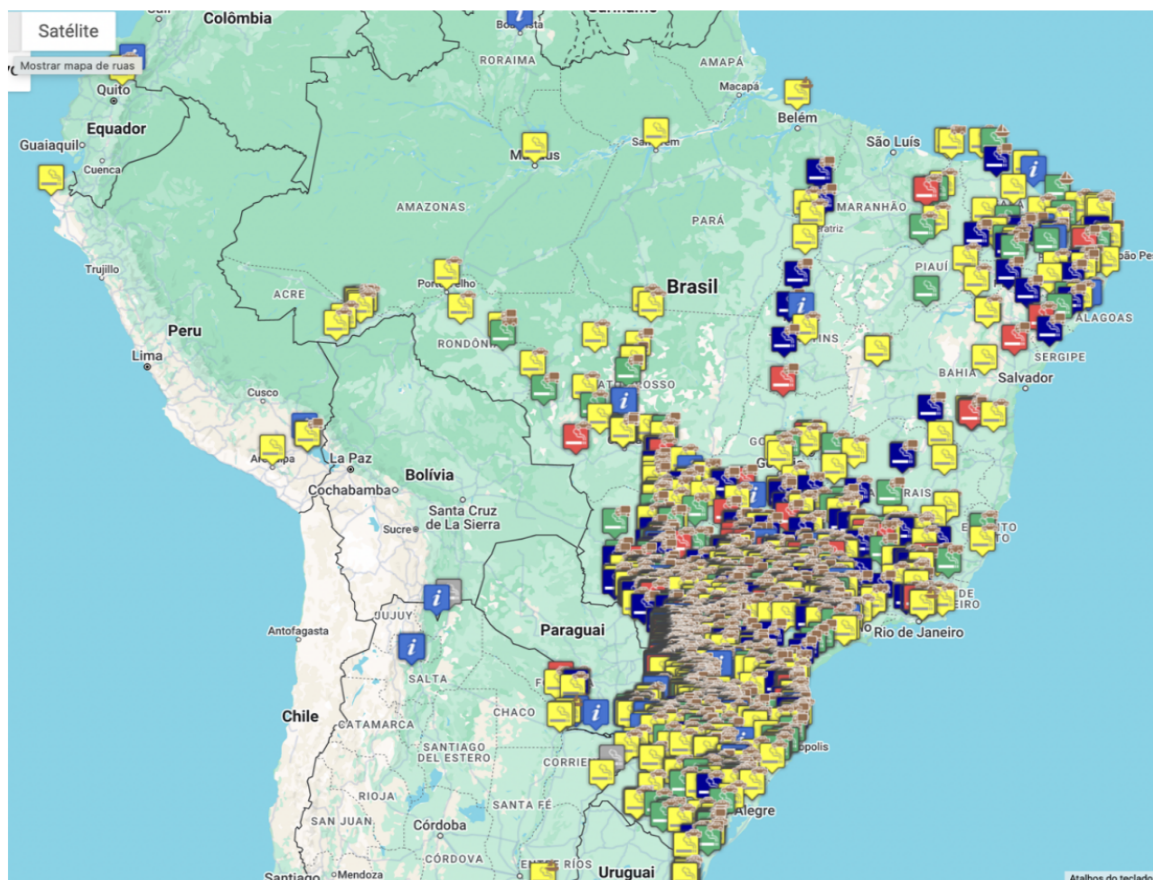
Casos investigados recentemente revelam a participação dessas organizações no contrabando de vinhos, na falsificação de agroquímicos e em esquemas de lavagem de dinheiro ligados ao setor de combustíveis.

A LOGÍSTICA APLICADA AO MERCADO ILEGAL

O funcionamento do mercado ilegal depende de estruturas logísticas sofisticadas. A proximidade entre as fábricas paraguaias e a fronteira brasileira favorece o transporte de mercadorias por diferentes modais, incluindo vias terrestres, lacustres e fluviais. A região do Lago de Itaipu continua sendo uma das áreas estratégicas para a movimentação de produtos ilícitos.

No território brasileiro, rodovias como BR-163, BR-277 e PR-272 desempenham papel fundamental no escoamento das cargas ilegais. Os criminosos utilizam caminhões, vans e veículos menores para misturar mercadorias ilícitas ao fluxo regular de transporte. O mapa, originado a partir da Plataforma do IDESF, mostra a fronteira, a região do lago de Itaipu, nos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, e a concentração de apreensões de diferentes ilícitos nesta área.

Figura 1 - Mapa das fronteiras e a concentração de apreensões de diferentes ilícitos.



Fonte: Elaborado por Barros (2025) a partir da base de dados da Plataforma IDESF.

Com relação aos meios de transporte, nos últimos 5 anos a Receita Federal contabiliza mais de R\$1,7 bilhão em apreensões de veículos utilizados para o transporte de contrabando e descaminho. O montante de apreensões de aeronaves e embarcações soma mais de R\$150 milhões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento ao mercado ilegal exige atuação coordenada entre órgãos de segurança, fiscalização, inteligência, sistema de justiça, setor produtivo e sociedade civil. Entre as boas práticas destacadas estão o fortalecimento das corregedorias policiais, o aprimoramento dos mecanismos de controle interno e a integração institucional entre diferentes órgãos governamentais.

A Receita Federal também tem adotado medidas voltadas ao enfraquecimento financeiro das organizações criminosas, incluindo mecanismos para suspensão de atividades empresariais vinculadas à comercialização de produtos ilícitos.

Importante destacar a atuação dos Gabinetes de Gestão Integrada e dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras como instrumentos de governança colaborativa capazes de promover cooperação, compartilhamento de informações e coordenação operacional. Também são ressaltados avanços legislativos recentes voltados ao fortalecimento do combate ao crime organizado e à proteção dos agentes públicos envolvidos nessa atividade.

Já os desafios relacionados ao contrabando e ao mercado ilegal permanecem complexos e multidimensionais. O estudo demonstra que o contrabando continua sendo uma importante fonte de sustentação econômica para organizações criminosas, funcionando como elo entre a economia ilícita transnacional e a violência urbana. A normalização social de determinadas práticas ilícitas, a extensão das fronteiras brasileiras, as diferenças regulatórias entre países vizinhos e a elevada lucratividade das atividades ilegais constituem fatores que favorecem a continuidade do problema.

Diante desse cenário, é importante a adoção de uma estratégia multidimensional baseada em inteligência, cooperação institucional, integração regional, fortalecimento da fiscalização, aperfeiçoamento legislativo e promoção do desenvolvimento econômico nas regiões de fronteira.

O combate ao contrabando não deve ser entendido apenas como uma questão tributária ou policial. Trata-se de um desafio relacionado à soberania nacional, à segurança pública, à saúde coletiva e à proteção da economia formal. A capacidade do Estado de enfrentar esse fenômeno dependerá da construção de políticas públicas integradas e sustentadas por evidências, capazes de reduzir os incentivos econômicos que alimentam os mercados ilegais e enfraquecer as estruturas financeiras das organizações criminosas.

Para verificar outras informações estatísticas e achados no estudo, basta acessar o link: https://www.idesf.org.br/wp-content/uploads/2026/05/Estudo-IDESF-O-novo-mapa-do-Contrabando_2026.pdf

REFERÊNCIAS

ANVISA. Anvisa atualiza regulação de cigarro eletrônico e mantém proibição.

Disponível em:

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2024/anvisa-atualiza-regulacao-de-cigarro-eletronico-e-mantem-proibicao>

BARROS, Luciano Stremel. HIDROVIA PARANÁ- PARAGUAI: CONECTOGRAFIAS LÍCITAS E ILÍCITAS. Tese de Doutorado (2025)

BARROS, Luciano Stremel; BOCHENEK, Antônio César; DAL POZZO, Eloiza. (2024). Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF): Integração e governança na Faixa de Fronteira

BARROS, L., COPELLO, M. DAL POZZO, E. Como o contrabando se tornou o maior “importador” de vinhos do Brasil. Disponível em:

<https://brazileconomy.com.br/2025/07/como-o-contrabando-se-tornou-o-maior-importador-de-vinhos-do-brasil/>

BRASIL. Decreto nº 12.127, de 31 de julho de 2024. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12127.htm

BRASIL. Decreto nº 9.516, de 1º de outubro de 2018. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9516.htm

BRASIL. Instrução Normativa RFB nº 2229, de 15 de outubro de 2024. Disponível em: <https://normasinternet2.receita.fazenda.gov.br/#/consulta/externa/141102>

BRASIL. Lei nº 15.047, de 17 de dezembro de 2024. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l15047.htm

BRASIL. Lei nº 15.245, de 29 de outubro de 2025. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15245.htm

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 225, DE 8 DE JANEIRO DE 2026. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp225.htm#:~:text=Do%20Devedor%20Contumaz-,Art.,reiterada%20e%20injustificada%20de%20tributos.

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 2. Temas processuais, prova e persecução patrimonial / coordenação e organização, 2a Câmara de Coordenação e Revisão, Wellington Cabral Saraiva – Brasília: MPF, 2019.

CENTRO MIDE UC (2024). Encuesta de consumo de tabaco y comercio ilícito - Chile. Disponível em:

https://mideuc.cl/wp-content/uploads/Informe-Final-Resultados-Nacionales_11jul2024.pdf

CROPLIFE (2025). Maior operação contra pirataria de sementes no Brasil apreende 3 mil toneladas no RS. Disponível em:
<https://croplifebrasil.org/maior-operacao-contra-pirataria-de-sementes-no-brasil-apreende-3-mil-toneladas-no-rs/>

FBSP (2025). Follow the products [livro eletrônico]: rastreamento de produtos e enfrentamento ao crime organizado no Brasil. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

IDESF (2015). **O custo do contrabando**. Disponível em:
<https://www.idesf.org.br/2015/03/02/o-custo-do-contrabando/>

IDESF (2021). O Mercado Ilegal de Defensivos Agrícolas no Brasil. Disponível em:
<https://www.idesf.org.br/2021/08/10/mercado-ilegal-de-defensivos/>

IDESF (2024). Cigarro: o maior mercado ilegal das fronteiras – a diferença de preços e o estímulo ao contrabando. Disponível em:
<https://www.idesf.org.br/2024/09/19/cigarro-o-maior-mercado-ilegal-das-fronteiras-a-diferenca-de-precos-e-o-estimulo-ao-contrabando/>

KIESSLER, Daiani Neunfeld; SILVA, Douglas Lopes Caldeira da. Cães de detecção: a função do faro de cigarros na região de fronteira do Paraná. Revista (Re) Definições das fronteiras. Disponível em:
<https://journal.idesf.org.br/index.php/redfront/article/view/134/117>

ONU NEWS (2025). Corrida pelo ouro atrai grupos criminosos e ameaça a Amazônia, diz relatório. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/05/1848881>

POLÍCIA FEDERAL (2024). PF deflagra operação Uncover, em ação destinada a desarticular fábrica clandestina de cigarros. Disponível em:
<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/pf-deflagra-operacao-uncover-e-m-acao-destinada-a-desarticular-fabrica-clandestina-de-cigarros>

POLÍCIA FEDERAL (2025). PF combate organização criminosa envolvida em lavagem de dinheiro e contrabando. Disponível em:
<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/11/pf-combate-organizacao-criminosa-envolvida-em-lavagem-de-dinheiro-e-contrabando>

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. PRF apreende mais de 1,1 milhão de maços de cigarros contrabandeados em um único dia no Paraná. Disponível em:
<https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/estaduais/parana/2025/setembro/prf-apreende-mais-de-1-1-milhao-de-macos-de-cigarros-contrabandeados-em-um-unico-dia-no-parana>

RECEITA FEDERAL DO BRASIL (2025). Operação Carbono Oculto: RFB e órgãos parceiros combatem organização responsável por sonegação e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis. Disponível em: <https://shre.ink/receitafederalsonegacao>

LOJAS FRANCAS EM CIDADES GÊMEAS BRASILEIRAS: ENTREVISTAS COM OS GESTORES

Eloiza Dal Pozzo⁵

Luciano Stremel Barros⁶

Neri Antônio Parcianello⁷

RESUMO

A criação de um ambiente regulatório para a instalação de lojas francas em cidades gêmeas promoveu novas dinâmicas econômicas e de relações urbanas em áreas de fronteira, o que influenciou, inclusive, na representatividade de cidades como Uruguaiana em contextos locais e regionais. Este artigo buscou conhecer a percepção dos gestores de lojas francas sobre este modelo de negócio, objetivo proporcionado a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com 7 gestores, que tem lojas francas em 6 cidades dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Tais entrevistas e os dados econômicos apresentados no artigo permitiram conhecer e refletir sobre o perfil, os desafios e as potencialidades a partir de quem convive com este modelo de negócio diariamente. Dentre os resultados, verificou-se que todos os entrevistados estão satisfeitos com o desempenho de seus negócios, quase a totalidade deles pretende expandir e, dentre as necessidades de melhoria, apontaram aumentar a cota de compras. Sobre as expectativas para o futuro, os entrevistados que tem lojas em cidades menores apontaram a necessidade de investimentos públicos e privados em atrações regionais, tanto para aumentar a quantidade de turistas quanto para incentivar a permanência de mais dias no local. Também foi apontada novamente a expectativa de aumento no valor da cota e um entrevistado manifestou preocupação com a saturação do mercado. De modo geral, ao analisar tanto as percepções dos

⁵ Jornalista e pesquisadora, Pós-doutora em Políticas públicas e desenvolvimento (UNILA), Doutora em Desenvolvimento Regional (UNIOESTE) e Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE). Tem se dedicado a estudar as regiões de fronteira, especialmente as políticas públicas voltadas para a população jovem. eloiza@idesf.org.br.

⁶ Economista, Doutor em Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), Mestre em Gestão de Empresas (UAL). Atua como Presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF). Tem se dedicado a estudar as conectografias lícitas e ilícitas dos “vazios” para as cadeias globais, principalmente relacionadas à Hidrovia Paraguai-Paraná. barros@idesf.org.br.

⁷ Bacharel em Economia e em Direito, Pós-Graduado em auditoria e perícia contábil. Atua há mais de 25 anos na área de operações de combate ao contrabando e descaminho realizando o planejamento de operações e interlocução com órgãos públicos e com a imprensa na Alfândega da Receita Federal em Foz do Iguaçu (PR). neriparcianello@gmail.com.

gestores de lojas francas quanto os números deste mercado, que iniciou efetivamente em 2019, com a abertura da primeira loja, mostra-se que este regime aduaneiro especial comporta-se como um incentivo à promoção de novos negócios e como estratégia de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Lojas francas; Regime Aduaneiro Especial; Cidades gêmeas; Desenvolvimento regional; Fronteira.

ABSCTRACT

The creation of a regulatory framework for the establishment of duty-free shops in Brazilian twin cities has generated new economic dynamics and urban relationships in border areas, influencing even the representativeness of cities such as Uruguaiana in local and regional contexts. This article sought to understand the perceptions of duty-free shop managers regarding this business model. To achieve this objective, semi-structured interviews were conducted with seven managers who operate duty-free shops in six cities across the states of Paraná, Santa Catarina, and Rio Grande do Sul. These interviews, together with the economic data presented in the article, made it possible to examine and reflect on the profile, challenges, and potential of this sector from the perspective of those who deal with this business model on a daily basis. Among the findings, all respondents reported being satisfied with the performance of their businesses, and nearly all intend to expand their operations. Among the main areas for improvement, they highlighted the need to increase the duty-free shopping allowance. Regarding expectations for the future, managers operating in smaller cities emphasized the need for public and private investments in regional attractions, both to increase the number of tourists and to encourage longer stays in these locations. The expectation of an increase in the duty-free allowance was also mentioned again, and one respondent expressed concern about possible market saturation. Overall, the analysis of both the managers' perceptions and the economic data of this market - which effectively began in 2019 with the opening of the first store - indicates that this special customs regime functions as an incentive for the promotion of new businesses and as a strategy for regional development.

Keywords: Duty-Free Shops; Special Customs Regime; Twin Cities; Regional Development. Border.

INTRODUÇÃO

A expansão das lojas francas terrestres em cidades gêmeas brasileiras consolida-se como instrumento relevante de política pública para o desenvolvimento das regiões de fronteira, pois tem a capacidade de articular comércio exterior, arrecadação, geração de empregos e dinamização econômica local.

Regulamentadas pela Receita Federal do Brasil e vinculadas às diretrizes do Ministério da Fazenda, essas lojas operam sob regime tributário diferenciado, o que permite a comercialização de produtos com isenção ou suspensão de tributos, dentro das cotas estabelecidas. Atualmente, mais de 40 lojas francas encontram-se em funcionamento em municípios fronteiriços oficialmente reconhecidos como cidades gêmeas, com tendência de expansão gradual. Para além do impacto fiscal, tais empreendimentos assumem papel estratégico na formalização do comércio, na redução de assimetrias concorrenciais em áreas marcadas por fluxos transfronteiriços intensos e histórico de informalidade comercial e laboral.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, as lojas francas impulsionam a criação de empregos formais em diversos segmentos, como varejo, logística, transporte, serviços auxiliares e turismo, o que fortalece a base econômica das cidades fronteiriças e contribui para elevar o nível de qualificação profissional da região.

Além disso, o acesso a uma ampla variedade de produtos internacionais, dentro dos limites quantitativos e de valores estabelecidos em lei, torna-se um atrativo adicional para consumidores e visitantes. Esse diferencial amplia o fluxo turístico, estimula o consumo regional e gera efeitos multiplicadores sobre setores como hotelaria, gastronomia e mobilidade, de forma a ampliar o impacto positivo sobre a cadeia produtiva do turismo. As lojas francas também reforçam a competitividade das cidades gêmeas ao diversificar o comércio e estimular o turismo regional, nacional e internacional.

O Brasil, em sua totalidade, movimentou U\$125.257.523,60 com as lojas francas de fronteira em 2025. Estes estabelecimentos estão presentes em 15 municípios brasileiros, sendo que nove estão no Rio Grande do Sul, três no Paraná, dois em Santa Catarina, e um no Mato Grosso do Sul. Desde que foram abertas, em 2019, as lojas francas de Uruguaiana já movimentaram mais de U\$159 milhões, de Foz do Iguaçu mais de U\$91 milhões, São Borja mais de U\$33 milhões e Porto Mauá mais de U\$31 milhões.

Dado o contexto, este artigo apresentará marcos regulatórios, lojas francas em funcionamento e demais dados deste mercado, que têm registrado crescimento nos últimos anos, além de apresentar resultados de entrevistas semiestruturadas

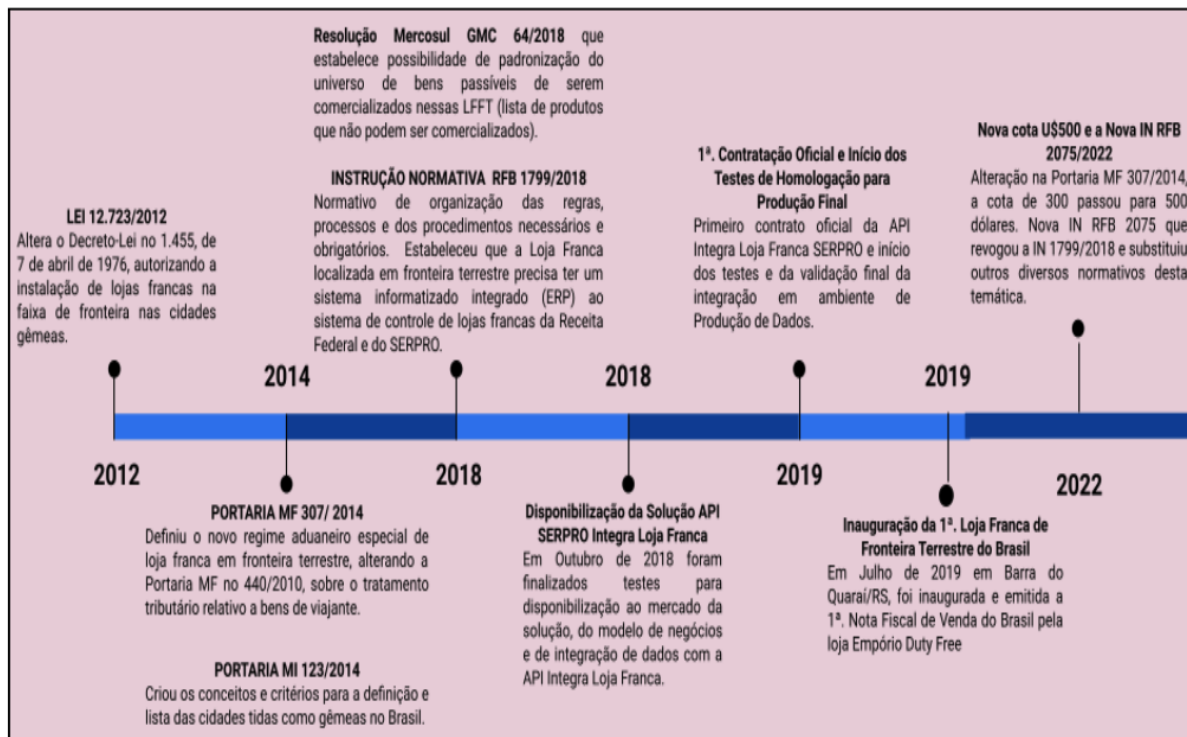
realizadas com 7 gestores, representantes de 14 lojas francas em funcionamento atualmente.

HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO

Até 2019, no Brasil, existiam lojas francas apenas em portos e aeroportos, texto do Decreto-Lei nº 1.455/1976. Foi a partir da Lei nº. 12.723/2012, que definiu regime aduaneiro especial a municípios de fronteira que já possuem uma dinâmica de integração mais intensa com os países vizinhos, ou seja, nas cidades gêmeas, é que foi possível expandir este modelo de negócio. Por sua vez, a Lei nº. 12.723/2012 veio a ser normatizada em 2018, pela IN RFB 1799/2018, ao apresentar o benefício da suspensão e posterior isenção de impostos federais, estaduais e municipais na venda de mercadorias, tais como: Imposto de Importação (II), Imposto de Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), PIS/CONFINS e ISS.

A partir de 2018, também, foram intensificados o desenvolvimento e as etapas de testes de sistemas eletrônicos para a integração de dados das lojas francas, as chamadas *Application Programming Interface* (API), sigla em inglês para Interface de Programação de Aplicação, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Esta implementação tecnológica faz a integração de dados necessários e obrigatórios da loja franca para as bases de sistemas da Receita Federal. Em julho de 2019 foi inaugurada a primeira loja franca, na cidade de Barra do Quaraí (RS) e, em 1 de janeiro de 2022, outro destaque em relação às lojas francas foi o aumento da cota de compras de US\$ 300 para US\$ 500,00, com isenção tributária para os viajantes que ingressam no Brasil por fronteira terrestre e para as compras realizadas em *free shops*. A medida foi publicada em 31/12/2021, por meio da Portaria ME nº 15.224. Rocha (2024), apresenta uma linha do tempo com os principais marcos regulatórios relacionados às lojas francas no Brasil.

Figura 1 - Linha do tempo alguns marcos regulatórios relacionados às lojas francas no Brasil.



Fonte: Rocha (2024).

Outros marcos importantes neste processo foram a Portaria Ministério da Integração nº.123 de 21 de março de 2014, que estabeleceu o conceito das cidades gêmeas nacionais, quais os critérios adotados para essa definição e a listagem de todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição; a Portaria do Ministério da Fazenda nº.307, de 17 de julho de 2014, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em pontos da fronteira terrestre e altera a Portaria nº 440, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo a bens viajante. Por fim, destaca-se a Resolução Mercosul GMC64/2018 de 16 de dezembro de 2018, que estabeleceu possibilidade de padronização do universo de bens passíveis de serem comercializados nas lojas francas de fronteira terrestre.

A Receita Federal do Brasil (RFB) é o órgão central na regulamentação e fiscalização das lojas francas terrestres, ao assegurar que o regime de isenção tributária seja aplicado em conformidade com a legislação vigente. A atuação abrange desde a habilitação e instalação dos estabelecimentos até o acompanhamento do fluxo de mercadorias e das operações de venda ao

consumidor final. Segundo informativo da Alfândega da Receita Federal de Foz do Iguaçu, entre as principais frentes de atuação destaca-se o controle e a transparência das operações, viabilizados por meio do sistema “Integra Loja Franca”, que permite o monitoramento eletrônico das transações em tempo real, para rastreabilidade, conformidade fiscal e padronização dos procedimentos. No que se refere às cotas de isenção, a RFB administra os limites aplicáveis aos viajantes.

Em Foz do Iguaçu, por exemplo, o consumidor dispõe de duas cotas distintas e cumulativas: US\$500 para compras realizadas no exterior por via terrestre e outros US\$500 exclusivos para aquisições nas lojas francas locais, totalizando US\$1.000 a cada 30 dias. Ademais, a instituição atua na preservação da integridade econômica, combatendo práticas ilícitas, fraudes e concorrência desleal, de modo a resguardar a arrecadação pública e promover equilíbrio competitivo no mercado fronteiriço.

PANORAMA QUANTITATIVO E QUALITATIVO ATUAL

Segundo mapeamento realizado pela (os) pesquisadora (es), até o início de 2026, havia 41 lojas francas em funcionamento em 14 cidades. Há mais lojas francas habilitadas para as cidades de Bonfim (RR), Chuí (RS) e Uruguaiana (RS), mas até fevereiro de 2026 ainda não estavam em funcionamento. A seguir, tabela que contém a relação de estados, cidades e nome da empresa em funcionamento em pontos de fronteira terrestre.

Tabela 1 - Lojas Francas em funcionamento para 2026.

Estado	Cidade	Loja franca
MS	Corumbá	MUNDIAL FREE SHOP COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS LTDA
PR	Foz do Iguaçu	LIBERTY DUTTY FREE LOJAS FRANCAS LTDA
		CELLSHOP DUTY FREE (Shopping Catuaí Palladium)
		CELLSHOP DUTY FREE LTDA (Aeroporto/Área de embarque)
		CELLSHOP DUTY FREE LTDA (Aeroporto/Área de desembarque)
		DUFREY DUTY FREE
		PARIS DUTY FREE

		FAMÍLIA Y VINHOS LTDA (ODA VINOTECA)
		OSHER INTERNATIONAL BRASIL Ltda (anexa ao (complexo Dreams Park Show)
	Barracão	LIBERTY DUTTY FREE LOJAS FRANCAS LTDA
	Guaíra	LIBERTY DUTTY FREE LOJAS FRANCAS LTDA
SC	Dionísio Cerqueira	BONNO FREE SHOP LTDA
		DIAMOND DUTY FREE
RS	Uruguaiiana	DUFY LOJAS FRANCAS LTDA
		BAH FREE SHOP - Loja 1
		BAH FREE SHOP - Loja 2
		BAMBINO FREE SHOP
		NEW YORK FREE SHOP - Loja 1
		NEW YORK FREE SHOP - Loja 2
		NEW YORK FREE SHOP - Loja 3
		NEW YORK FREE SHOP - Loja 4
		NEW YORK FREE SHOP - Loja 5
		DUTY FREE SHOP TM IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
	Jaguarão	BRASIL FREE SHOP COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS LTDA
		MT COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS LTDA
		BRASIL FREE SHOP
		FREE SHOP CARABALLAT
	Barra do Quaraí	FREE SHOP CARABALLAT
		LISBOA DUTY FREE SHOP
		A & B DUTY FREE COMERCIO DE BEBIDAS E PERFUMES LTDA
	Quaraí	NEW YORK COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
		TARG DUTY FREE
		BRASIL FREE SHOP
		TARG DUTY FREE

		BRASIL FREE SHOP
	Porto Mauá	FREE SHOP MAUÁ
	Porto Xavier	CATURRA FREE SHOP
	São Borja	BRASIL FREE SHOP
		BRASIL FREE SHOP
	Santana do Livramento	ALMACEN FREE SHOP
		BRASIL FREE SHOP
		BRASIL FREE SHOP
	Itaqui	BRASIL FREE SHOP

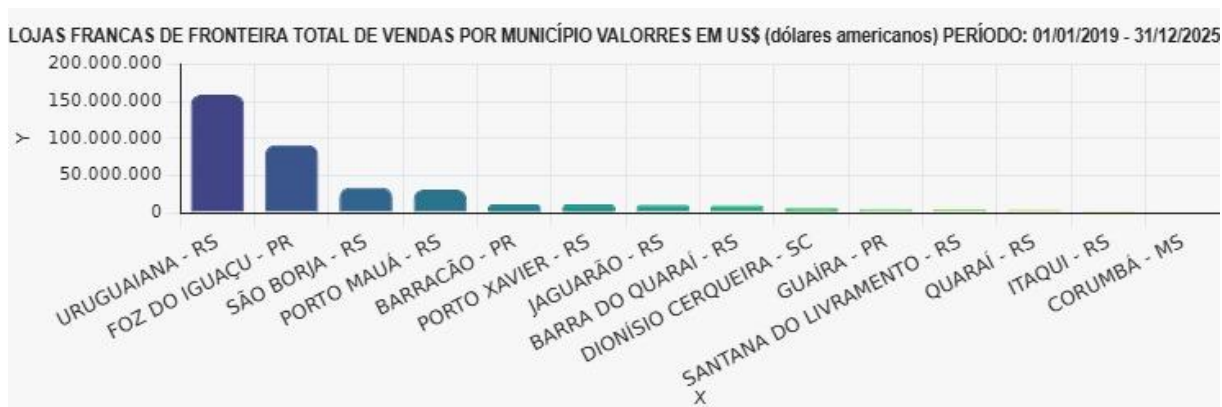
Fonte: Receita Federal do Brasil. Tabela elaborada pelos autores (2026).

Conforme já citado na introdução, a liderança do mercado é de Uruguaiana (RS). Consolidada como a "Capital Nacional dos Free Shops", a cidade conta com 13 lojas e, a partir dos dados de 2025, registrou total de vendas de mais de U\$50 milhões, ocupando 40,4% das vendas totais das lojas francas brasileiras. Já as 8 lojas instaladas em Foz do Iguaçu registraram movimentação de mais de U\$25 milhões em mercadorias nacionais e importadas, o que representa 20,5% das vendas em lojas francas do Brasil.

Atualmente, o município conta com estabelecimentos assim distribuídos: 4 em shoppings centers, um em estabelecimento de rua, 2 no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu e um ao longo da BR-469, anexo a um atrativo turístico. No aeroporto, as operações atendem passageiros tanto na área de embarque quanto na de desembarque. Para fins de comparação com as outras cidades do Brasil, Uruguaiana e Foz do Iguaçu representam 60,9% das vendas.

Quanto ao perfil de consumo dos produtos, a venda de mercadorias importadas registrou em 2025 mais de U\$105 milhões e de mercadorias nacionais mais de U\$20 milhões. Tanto os produtos nacionais quanto os importados registraram crescimento contínuo e acompanham a abertura de novas lojas, visto que os valores de venda registraram aumento consecutivo desde a abertura da primeira loja.

Figura 2 - Total de vendas por município - Lojas francas de fronteira - Série de 2019 a 2025.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Na sequência, será apresentada a evolução histórica de vendas por município. Desde a abertura das primeiras lojas francas, Uruguaiana está na primeira colocação, seguida por Foz do Iguaçu (PR), São Borja (RS) e Porto Mauá (RS).

Figura 3 - Evolução histórica - Volume de vendas por município - 2019 a 2025.



Fonte: Receita Federal do Brasil (2026).

Tais resultados econômicos e também a partir das entrevistas realizadas com gestores de lojas francas, que serão apresentadas nos próximos capítulos, mostram na prática os conceitos ligados à indução do desenvolvimento formulado e debatido por economistas do desenvolvimento ou da economia regional, ligados principalmente ao pensamento econômico do século XX, como Perroux (1967), Hirschman (1961) e Myrdal (1965). Tais autores discutem, em geral, como os processos de indução do desenvolvimento podem ocorrer também em regiões menores, cidades médias ou localidades periféricas, muitas vezes a partir de atividades específicas, infraestrutura ou políticas públicas.

Também é interessante citar Santos (2007), em vista de que o autor coloca o território não apenas como um espaço físico, mas o resultado das relações sociais, econômicas e políticas que nele ocorrem, dotado de ordenamento territorial, conforme as atividades econômicas e a integração regional acontecem, além de redes e fluxos que conectam cidades e regiões e estruturam os fluxos de pessoas, mercadorias e informações. Isso fica bastante evidente nas cidades gêmeas do Rio Grande do Sul, especialmente Uruguaiana, que trouxe nova dinâmica econômica para a cidade e hoje “pressiona” outros setores do turismo e gastronomia a expandirem suas atividades. Com isso, do ponto de vista teórico, os impactos causados pelas lojas francas também remontam ao conceito de redes urbanas, que é a interligação dos fluxos de trocas estabelecidos entre cidades.

Conforme aumentam, cresce também o grau de importância destas na hierarquia urbana e passam a ter maior destaque regional e local. Além disso, a cidade ganhou maior representatividade nas esferas governamentais pela relevância de atuação na área. Segundo Moura e Werneck (2001), a rede urbana corresponde à forma como as cidades se organizam e se conectam por meio dos fluxos de pessoas, bens e serviços, incluindo suas áreas rurais de influência. Com o avanço tecnológico e as transformações da economia, essas redes passaram a assumir uma dimensão cada vez mais global e essas relações passam a ser influenciadas por novos fatores, muitas vezes externos. No caso das lojas francas, a criação do cenário institucional e regulatório influenciou sobremaneira nas redes urbanas estabelecidas, o que proporcionou nova dinâmica econômica a diversas cidades.

METODOLOGIA

Os resultados deste estudo foram estruturados a partir de pesquisa bibliográfica, principalmente no que se refere aos aspectos e legislação e ambiente institucional criado para a instalação das lojas francas, do desenvolvimento regional e por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores e/ou proprietários de lojas francas.

A entrevista semiestruturada mostra-se pertinente não apenas como instrumento de coleta de dados, mas também como um dispositivo de produção de sentidos que possibilitou conhecer a percepção dos entrevistados com relação à viabilidade do negócio, a avaliação quanto aos desafios, sugestões de melhorias, desafios operacionais e interpretações contextuais acerca da atuação neste modelo de negócio relativamente recente. É por meio destas incursões de campo que são fornecidos insumos para a avaliação de políticas públicas e para gerar reflexão a partir delas.

Quanto à amostra, 12 pessoas foram procuradas para participarem da entrevista. Entretanto, 7 gestores de lojas francas efetivamente colaboraram, das cidades de Foz do Iguaçu (PR), Dionísio Cerqueira (SC), Uruguaiana (RS), Santana do Livramento (RS), Quaraí (RS) e Barra do Quaraí (RS) que resultaram em 8 lojas francas representadas. Esta diversidade fez com que os autores considerassem adequados os resultados para a produção de sentidos. Em territórios específicos, como municípios fronteiriços, caracterizados por dinâmicas de diversidade sociocultural, intensos fluxos migratórios e arranjos institucionais variados, as técnicas qualitativas precisam ser acionadas às análises do território. Minayo (2017) destaca a importância da seleção intencional e diversificada dos participantes, considerando a abrangência do fenômeno analisado. As entrevistas foram realizadas no mês de fevereiro de 2026 em formato online, por meio do Zoom e também do Whatsapp.

Para a análise das entrevistas, utilizou-se o método de categorização, que consiste em organizar as respostas provenientes de entrevistas semiestruturadas por meio da análise de conteúdo. Inicialmente, procedeu-se à leitura das transcrições, com o objetivo de apreender sentidos recorrentes e identificar unidades de significado.

Em seguida, foram estabelecidas categorias analíticas, definidas com base nas perguntas do roteiro. Numa etapa seguinte, as falas foram codificadas e agrupadas conforme convergências temáticas, o que permite a identificação de padrões e/ou ênfases discursivas entre os entrevistados. Esse procedimento possibilitou sistematizar os dados qualitativos e, ainda, foram inseridas respostas representativas para as categorias identificadas. Os entrevistados não tiveram seus nomes revelados e, no capítulo que aborda os resultados das entrevistas, estes foram descritos com o código "E", seguido do numeral, para identificar as percepções de diferentes entrevistados.

Assim, em termos metodológicos, o estudo evidencia que a entrevista semiestruturada vai além de um simples procedimento de obtenção de informações: ela se estabelece como um dispositivo interpretativo capaz de produzir conhecimento situado, sensível às particularidades do território e do modelo de negócio analisado.

PERCEPÇÕES DOS GESTORES

Antes de apresentar as percepções dos gestores por meio da categorização das entrevistas, cabe fazer uma introdução sobre o perfil dos mesmos e de seus negócios. Um dos entrevistados tem 5 lojas francas, todas elas em Uruguaiana (RS). A primeira loja funciona desde 2019 e, somando-se todas as unidades, conta com 146 funcionários. Outro entrevistado tem uma loja franca que funciona há 2 anos na cidade de Dionísio Cerqueira (SC), com 19 colaboradores. O terceiro participante abriu duas lojas, nas cidades de Quaraí (RS) e Barra do Quaraí (RS) há menos de um ano e já registra 35 funcionários. O quarto entrevistado tem 3 lojas em Foz do Iguaçu (PR) e aproximadamente 130 funcionários. A primeira loja começou a funcionar em 2021. O quinto entrevistado tem 2 lojas em Uruguaiana (RS), 138 funcionários diretos e iniciou as atividades em 2020. O sexto entrevistado tem uma loja franca em Uruguaiana (RS), 3 funcionários e a loja funciona desde 2021. O sétimo entrevistado tem 2 lojas em Uruguaiana (RS), 50 funcionários e ainda neste ano abrirá uma loja em Santana do Livramento (RS).

Resumo dos entrevistados:

- Provenientes de 17 lojas francas (a maioria dos entrevistados tem filiais, conforme tabela 1)
- 6 cidades representadas
- Total de empregos diretos gerados: 521
- Tempo médio de funcionamento das lojas francas representadas nas entrevistas: 5 anos

Esta apresentação do perfil e das informações gerais torna-se interessante ao abordar a primeira questão da entrevista semiestruturada, que dizia respeito ao grau de satisfação com o desempenho das lojas francas. Todos os entrevistados disseram estar muito satisfeitos e tais respostas baseiam-se em um tempo relativamente maduro de funcionamento dos empreendimentos, de 5 anos. A maior parte dos entrevistados, inclusive, passou pela crise econômica gerada pela pandemia de Covid-19 com as lojas já em funcionamento.

Tabela 2 - Grau de satisfação com o desempenho da loja franca.

1. Se considera satisfeito(a) com o desempenho da loja franca?	
Categorização (n)	Respostas representativas (entrevistados)
Sim (7)	“Estamos mais felizes do que imaginamos que seria no começo. A cada ano estamos crescendo mais”. (E1) “O Desenvolvimento social e econômico que este modelo de negócio proporcionou à nossa região, por ser extremamente dependente da atividade primária e distante dos grandes centros. Este novo modelo de negócios trouxe o turismo de compra e a igualdade de oportunidades com as cidades gêmeas dos outros países”. (E2) “Estamos muito satisfeitos. O modelo nos proporciona ter uma boa margem de lucro”. (E4) “Sim, me considero satisfeita, viemos em um crescimento e acredito que ainda existe espaço para crescer mais”. (E6)

Fonte: Dados da pesquisa. Tabela elaborada pelos autores (2026).

Na pergunta seguinte do roteiro, os gestores foram questionados sobre qual a principal preocupação em relação ao negócio. Os entrevistados convivem com duas preocupações centrais: a sazonalidade do público e a instabilidade regulatória. Em cidades de fronteira e destinos turísticos, o fluxo de clientes varia significativamente ao longo do ano, principalmente em cidades do Rio Grande do Sul que ainda não tem outras atividades agregadas na região.

Foz do Iguaçu, por exemplo, mantém certa estabilidade de público pois já é um destino turístico nacional e internacional, o que acarreta em visitantes contínuos na cidade. Porém, nos outros casos, há maior necessidade de um planejamento rigoroso de estoque, caixa e quadro de funcionários para enfrentar períodos de baixa demanda. Ao mesmo tempo, há receio dos gestores em termos de mudanças na legislação tributária e aduaneira, que podem alterar limites de compras, regras de operação ou benefícios fiscais, o que impactaria diretamente a competitividade e a previsibilidade do negócio.

Tabela 3 - O que mais gera frustração ou preocupação atualmente.

2. O que mais gera frustração ou preocupação no negócio atualmente?	
Categorização (n)	Respostas representativas (entrevistados)
Sazonalidade de público (2)	“Uma das coisas que mais causa preocupação é a abertura desenfreada de novas lojas. Claro que os free shops são feitos para o público que vem de fora, das cidades vizinhas, o “estrangeiro brasileiro”. Mas, em janeiro deste ano, por exemplo, tivemos 35% menos argentinos do que no ano passado. Em Uruguaiana a prefeitura tinha divulgado no início de dezembro que teríamos uma passagem de argentinos durante 3 meses (meados de dezembro a março), de 1,4 milhão de pessoas. E em janeiro já nos atualizaram que esta marca não seria atingida”. (E1)
Incerteza jurídica (2)	“Uma delas é a incerteza jurídica quanto aos free shops. A Lei dos free shops é uma lei complementar, a gente nunca tem uma certeza do que vai acontecer com o free shops e agora ainda temos todas essas questões da reforma tributária”. (E3)

Fonte: Dados da pesquisa. Tabela elaborada pelos autores (2026).

Quando perguntados sobre o desempenho financeiro da loja franca, todos os entrevistados consideram-se satisfeitos e todos disseram que o faturamento tem atendido às expectativas iniciais do investimento. Apenas um entrevistado, que tem a loja há dois anos, fez uma ressalva, dizendo-se satisfeito com o faturamento, mas, disse que “o resultado está bem abaixo do ideal”.

Já a pergunta “Quais fatores mais impactam o resultado financeiro?”, foram registradas diferentes respostas, conforme categorização a seguir.

Tabela 4 - Quais resultados impactam o resultado financeiro?

3. Quais fatores mais impactam o resultado financeiro	
Categorização (n)	Respostas representativas (entrevistados)
Concorrência (4)	“Temos uma peculiaridade em relação aos demais. A carga tributária dos free shops do Uruguai é mais ou menos 25% menor do que a nossa, então eles conseguem ter um preço mais competitivo do que nós. Em se tratando de concorrência, temos que trabalhar com uma margem menor. Carga tributária tb”. (E3)
Valor da cota (6)	“Primeiro, a concorrência. Temos 15 grandes free shops em uma cidade relativamente pequena. Outra coisa é a cota muito travada. Deveria ser maior. Às vezes a pessoa que vem de Porto Alegre não compensa para vir comprar 500 dólares e também a quantidade de litros permitida. O cara vem de Santa Maria, quer levar 4 ar condicionados, mas não pode”. (E1)
Logística (3)	“Há cidades em que a logística é um fator complicador”. (E4)
Carga tributária (1)	“Apesar de já estarmos em um regime de menor carga tributária, a concorrência com os free shops do Uruguai ainda faz ter essa diferença de preços”. (E7)

Fonte: Dados da pesquisa. Tabela elaborada pelos autores (2026).

Uma das perguntas do roteiro semiestruturado também refere-se à venda de produtos nacionais. Todos os entrevistados afirmaram que trabalham com este tipo de produto, conforme detalhamento a seguir.

Tabela 5 - Tipos de produtos nacionais vendidos nas lojas.

4. Que tipo de produto nacional?	
Categorização (n)	Respostas representativas (entrevistados)
Vinhos nacionais (5)	“A venda dos produtos nacionais representa 3% do faturamento total. Basicamente vendemos vinhos das vinícolas do Rio Grande do Sul, como Aurora, Casa Perini e Casa Valduga. Alguma coisa de cosméticos como a marca “Boca Rosa”. E mais regional o que eu tenho comprado é doce de leite e alfajor, em Gramado e Caxias do Sul. A própria Punta Ballena - marca registrada no Uruguai - abriu um escritório em Santana do Livramento. Então quando eu compro deles, vem com NF nacional”. (E1)
Geleias e doces (5)	“Vendemos marcas que chamamos líderes de categoria, como Nestlé, Bauducco e Lacta”. (E4)
Utilidades domésticas/artigos para cozinha (3)	“Vendemos produtos nacionais. A aceitação é muito boa, pois são produtos de alta qualidade. Temos vinhos brasileiros, geleias e marcas como Tramontina e termolar”. (E2)
Brinquedos (1)	“Vendemos brinquedos. O Brasil tem uma indústria bem desenvolvida nessa área, mas o mercado absorve muito os produtos chineses”. (E6)
Bebidas não alcoólicas (1)	“Vendemos basicamente roupas nacionais e bebidas não alcoólicas, como energético Monster e power age”. (E3)
Roupas (1)	“Vendemos basicamente roupas nacionais e bebidas não alcoólicas, como energético Monster e power age”. (E3)

Fonte: Dados da pesquisa. Tabela elaborada pelos autores (2026).

Estudo realizado pelo IDESF (2018), já apontava a necessidade de formalização do emprego em cidades gêmeas, a fim de dar oportunidade de renda e vida digna a pessoas que, pelo contexto de algumas regiões, acabam expostas à informalidade. Pela quantidade de empregos que geram, as lojas francas têm demonstrado seu potencial de mão de obra. Por outro lado, quando os gestores foram questionados sobre os maiores desafios operacionais, 3 entrevistados manifestaram preocupação na contratação de pessoas qualificadas para as funções, principalmente no setor de vendas.

Tabela 6 - Maiores desafios operacionais.

5. Quais são os maiores desafios operacionais atualmente?	
Categorização (n)	Respostas representativas (entrevistados)
Aumentar a quantidade de público (5)	“O maior desafio no que tange a vendas é conseguir junto com a associação dos free shops pensar em maneiras de trazer mais público para Uruguiana, porque ficamos mais longe. Trazer mais gente de fora”. (E1)
Logística (4)	“Logística hoje sim é algo que me preocupa pela questão da instabilidade internacional e isso afeta toda a cadeia”. (E7)
Contratação de pessoas (3)	“Há uma necessidade constante de mão de obra qualificada. é difícil encontrar, especialmente para o setor de vendas”. (E6)

Fonte: Dados da pesquisa. Tabela elaborada pelos autores (2026).

Quando foi realizada a pergunta se os consumidores são, majoritariamente, turistas ou moradores e solicitou-se avaliar o comportamento do consumidor na cidade onde está instalada a loja franca, mesmo os entrevistados que tem lojas em diferentes cidades, explicaram que o público é misto, há turistas e também moradores. Os relatos destacam diferentes proporções, em cujo comportamento varia em relação à quantidade de feriados e datas comemorativas dos países vizinhos e também promoções realizadas pelas lojas francas.

O segundo entrevistado (“E2”), relatou: “Hoje as vendas da nossa loja giram em torno de 27% a 30% para moradores e 70 a 73% para turistas, tanto uruguaios quanto argentinos e brasileiros de outras localidades do Rio Grande do Sul e de diversos estados do Brasil”. O entrevistado 1 (“E1”), falou sobre a sazonalidade de turistas. “Hoje, 60% são pessoas de fora, turistas, e 40% são moradores de Uruguiana. Se tem uma promoção, o cliente daqui vem. Já o cliente de fora vem para gastar a cota. Das outras cidades do estado e vizinhas, a maior parte vem de Alegrete, Itaqui, São Borja, Rosário, Manoel Viana e Quaraí. Ano passado estávamos com bastante turistas argentinos vindo de Corrientes. Esse ano já deu uma diminuída”. O entrevistado 6 (“E6”) acrescentou: “Acredito que as lojas francas

trouxeram um leque de oportunidades para a cidade, consumir produtos importados com um preço acessível e parcelamento em 12x fez uma grande diferença para os moradores de Uruguaiana, diferente dos *free shops* uruguaiois que ainda são elitizados, os brasileiros democratizaram o consumo desses itens importados”.

A pergunta da questão número 14 do roteiro trouxe o seguinte enunciado: “Se pudesse voltar no tempo, faria novamente o investimento em loja franca? Por quê?”. Como resposta, todos os entrevistados disseram que fariam novamente o investimento. Tais respostas refletem na pergunta seguinte, a fim de saber dos planos futuros dos gestores.

Tabela 7 - Expectativas de expansão das lojas francas.

8. Pretende expandir, manter ou reduzir o negócio?	
Categorização (n)	Respostas representativas (entrevistados)
Expandir (6)	“Estamos em expansão, estaremos inaugurando no próximo mês de março de 2026 uma filial nossa no aeroporto de Uruguaiana”. (E2)
Manter (1)	“Acredito que este mercado já esteja um pouco saturado”. (E4)

Fonte: Dados da pesquisa. Tabela elaborada pelos autores (2026).

Ainda com relação à questão anterior, um dos entrevistados explicou que quer expandir, mas detalhou as dificuldades relacionadas à transferência de mercadorias para outra loja. “Por causa da legislação específica das lojas francas, uma dificuldade que temos é que não podemos transferir mercadorias da loja para uma filial em outra cidade. Eu teria que fazer uma operação 100% nova, não podendo utilizar os estoques da minha matriz. Se não, tem que fazer uma DTA, fica inviável. Muito complicado e moroso”.

Ao serem questionados sobre as expectativas para o futuro (nos próximos 5 anos) em relação às lojas francas, os entrevistados têm diferentes percepções. Um deles, de Uruguaiana (RS), explicou que a cidade tornou-se “a capital dos *free shops*” e que tal imagem pode trazer novas oportunidades de negócio.

Segundo estudo do estado do Rio Grande do Sul, “com a difusão dos *free shops* em Uruguaiana, se verifica uma dinâmica de expansão superior à média do RS para os setores de alojamento e alimentação”. Nesta linha, há a necessidade de investimentos públicos e privados em outras atrações para a cidade, tanto para aumentar a quantidade de turistas quanto para a permanência de mais dias no local. Outros cinco entrevistados fizeram coro para falar da necessidade de aumentar a cota para mil dólares, o que geraria mais atratividade para a atração de turistas. Por fim, um entrevistado expressou preocupação ao relatar que sente níveis de saturação do mercado.

A última pergunta teve como objetivo verificar que fatores poderiam contribuir para que os gestores ficassem mais satisfeitos com o modelo de negócio das lojas francas. Na próxima tabela, o detalhamento.

Tabela 8 - Fatores que poderiam contribuir com o grau de satisfação com a loja franca.

10. O que precisaria mudar para que sua satisfação em relação ao negócio aumentasse significativamente?	
Categorização (n)	Respostas representativas (entrevistados)
Aumentar a cota de compras (5)	“A equiparação da cota com os aeroportos de U\$ 500 para U\$ 1.000 dólares, porque isso aumentaria o raio de alcance de turistas que virão a nossa cidade fazer compras, utilizam mais nossos hotéis, nossos restaurantes e este reflexo irá gerar um crescimento econômico extremamente importante para a nossa região e todas as regiões onde tem Free Shop terrestres”. (E2)
Diminuir a carga tributária (2)	“Maior certeza jurídica e a questão da carga tributária. Apesar de ser mais baixa do que uma loja normal, não é absurda”. (E3)
Permitir a transferência de mercadorias para lojas de outras cidades de forma mais facilitada (2)	“Tem que melhorar esta parte das transferências. Dentro da cidade eu consigo transferir mercadoria com facilidade. Mas para outra cidade, é muito complicado”. (E1)

10. O que precisaria mudar para que sua satisfação em relação ao negócio aumentasse significativamente?	
Categorização (n)	Respostas representativas (entrevistados)
Mais investimentos nos sistemas adequados às lojas francas (1)	“O Serpro já foi um problema muito maior do que é hoje. Quando iniciamos, eles cobravam um valor por operação e, normalmente, eram 3 operações da Serpro por venda. Isso foi discutido com eles e foi alterada a maneira de cobrança. O que a gente tem agora de problema é cair o sistema. Já caiu muito mais, está melhorando. Atualmente acontece uma ou duas vezes no mês, fica 15 minutos fora e depois volta”. (E1)

Fonte: Dados da pesquisa. Tabela elaborada pelos autores (2026).

PERCEPÇÕES DOS GESTORES

A realização de entrevistas com gestores de lojas francas em cidades gêmeas brasileiras permitiu compreender as percepções de quem atua diretamente nesse modelo de negócio e identificar alguns dos principais fatores que influenciam sua dinâmica. De modo geral, os resultados indicam um alto grau de satisfação dos entrevistados com o desempenho de seus empreendimentos, mesmo considerando que muitos deles atravessaram períodos de instabilidade econômica, como a crise provocada pela pandemia de Covid-19. O fato de os negócios já contarem com cerca de cinco anos de funcionamento também contribui para uma avaliação mais consolidada e madura de seus resultados.

Apesar da avaliação positiva em relação ao faturamento e às expectativas iniciais do investimento, os gestores apontam duas preocupações centrais: a sazonalidade da demanda e a instabilidade regulatória. Em cidades de fronteira que ainda não possuem grande diversificação de atividades turísticas, o fluxo de consumidores pode variar significativamente ao longo do ano, o que exige planejamento rigoroso de estoque, caixa e recursos humanos. Paralelamente, há receio quanto a possíveis mudanças na legislação aduaneira e tributária, especialmente em relação aos limites de compras e às regras de funcionamento das lojas francas, aspectos que afetam diretamente a previsibilidade e a competitividade do setor.

As entrevistas também demonstram que o perfil do público consumidor é predominantemente misto, envolvendo tanto turistas quanto moradores locais, embora a proporção varia conforme as características de cada cidade e fatores conjunturais, como feriados, promoções e fluxos turísticos provenientes de países vizinhos. Mesmo diante dessas variações, todos os entrevistados afirmaram que realizaram novamente o investimento em lojas francas, e a maioria manifesta interesse em expandir suas operações. Nesse sentido, contudo, foram apontadas limitações operacionais decorrentes da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à transferência de mercadorias entre unidades localizadas em cidades distintas.

Quanto às perspectivas futuras, os gestores demonstram expectativas majoritariamente positivas e associam o crescimento do setor ao fortalecimento do turismo e à ampliação das atividades econômicas nas cidades de fronteira, especialmente em Uruguaiana, pois a cidade criou uma imagem associada aos free shops, com reflexos em setores como hospedagem e alimentação.

Os entrevistados de outras cidades menores que também não tem um fluxo natural de visitantes destacaram a necessidade de investimentos públicos e privados em infraestrutura e atrações regionais, capazes de ampliar o fluxo de visitantes e prolongar sua permanência nas cidades. Também foram mencionadas demandas por ajustes regulatórios, como o aumento da cota de compras, além de preocupações pontuais relacionadas a possíveis sinais de saturação do mercado.

Já em cidades como Foz do Iguaçu, que já tem vocação turística, as lojas francas acabam compartilhando público com as lojas instaladas no Paraguai, visto que o país, em geral, oferece produtos com valores menores do que os do Brasil. Entretanto, mesmo assim, os entrevistados demonstraram satisfação com a loja franca instalada na cidade brasileira. Dessa forma, os resultados sugerem que o regime das lojas francas tem se mostrado um instrumento relevante de dinamização econômica em cidades de fronteira, e ao longo do tempo têm contribuído para a atração de turistas, geração de novos negócios e fortalecimento das economias locais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.455, de 7 de abril de 1976. Dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1976.

HIRSCHMAN, Albert O. Estratégia do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IDESF. Diagnóstico do desenvolvimento das cidades gêmeas do Brasil (2018).

Disponível em:

<https://www.idesf.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Diagn%C3%B3sticos-do-desenvolvimento-das-cidades-g%C3%AAmas-do-Brasil-internet.pdf>. Acesso em 23 fev. 2026

MINAYO, M. C. de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), vol. 5, n. 7, p. 01-12, abr. 2017.

MOURA, Rosa. WERNECK, Débora Zlotnik. Rede, Hierarquia e Região de Influência das Cidades: Um Foco sobre a Região Sul. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 100, Jan/Jun. 2001.

MYRDAL, Gunnar. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

PERROUX, François. A Economia do Século XX. São Paulo: Herder, 1967.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Relação das Lojas Francas em Aeroportos e Pontos de Fronteira Terrestre. Disponível em:

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/manuais/subportais-aduana-e-comercio-exterior/relacao-das-lojas-francas-em-aeroportos-e-pontos-de-fronteira-terrestre>. Acesso em 20 fev. 2026

RIO GRANDE DO SUL. Estudo das lojas francas de fronteira terrestre - Etapa 1.

Disponível em:

<https://admin.dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202512/10151729-estudo-das-lojas-francas-de-fronteira-terrestre-etapa-1.pdf>. Acesso em 21 fev. 2026

ROCHA, Alberto Sampaio Neumann. Políticas públicas e desenvolvimento econômico e regional nas fronteiras: iniciativas de sucesso. Revista (Re)Definições das fronteiras, 2024.

SANTOS, Milton. Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Editora Lamparina. Rio de Janeiro, 3. ed. 2007.

PERCEPÇÕES DOS GESTORES

1. Sua loja franca tem filiais?
2. Há quanto tempo sua loja está em funcionamento?
3. Qual é seu papel atual na gestão do negócio?
4. Quantos funcionários a(s) loja(s) tem?
5. De maneira geral, de zero a dez, se considera satisfeito(a) com o desempenho da loja franca?
6. O que mais contribui para esse nível de satisfação?
7. O que mais gera frustração ou preocupação no negócio atualmente?
8. Como avalia o desempenho financeiro da loja nos últimos dois anos?
9. O faturamento tem atendido às expectativas iniciais do investimento?
10. Quais fatores mais impactam o resultado financeiro (ex: câmbio, carga tributária, logística, concorrência)?
11. Você vende produtos nacionais na sua loja? Que tipo de produto, como é a aceitação e há algum item que sente falta para revenda e que não é produzido nacionalmente?
12. Quais são os maiores desafios operacionais atualmente?
13. Como avalia o comportamento do consumidor na sua cidade? Os consumidores são, majoritariamente, turistas ou moradores? Qual a proporção?
14. Se pudesse voltar no tempo, faria novamente o investimento em loja franca? Por quê?
15. Pretende expandir, manter ou reduzir o negócio?
16. Como vê o futuro do setor de lojas francas na sua região nos próximos 5 anos?
17. O que precisaria mudar para que sua satisfação aumentasse significativamente?

Resenha sobre o estudo “Contribuição da governança do setor de segurança para a proteção de parques nacionais sob as perspectivas de segurança, meios de subsistência da comunidade e meio ambiente: Serra do Divisor, Brasil”.

FRANCHI, Tássio; BARROS, Luciano Stremel; DAL POZZO, Eloiza; CAMPBELL, Mila. [Contribuição da governança do setor de segurança para a proteção de parques nacionais sob as perspectivas de segurança, meios de subsistência da comunidade e meio ambiente: Serra do Divisor, Brasil.](#) Foz do Iguaçu: IDESF, 2025.

TÁSSIO, F.; STREMEL BARROS, L.; DAL POZZO E.; CAMPBELL, M. **Revista (RE)DEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS**, Foz do Iguaçu, v. 4, n. 13, p. v, 2026

RESUMO

O estudo “Contribuição da governança do setor de segurança para a proteção de parques nacionais sob as perspectivas de segurança, meios de subsistência da comunidade e meio ambiente: Serra do Divisor, Brasil” integra uma pesquisa comparativa internacional coordenada pelo Geneva Centre for Security Sector Governance (DCAF), cujo objetivo é analisar como a governança e a reforma do setor de segurança podem contribuir para a proteção de parques nacionais a partir de uma perspectiva integrada de segurança, conservação ambiental e meios de vida das comunidades. O Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD), no estado do Acre, Brasil, constitui um dos três estudos de caso do projeto, ao lado de áreas protegidas em Benin e Nepal. O estudo comparativo internacional tem como objetivo fornecer diretrizes para profissionais e formuladores de políticas públicas que atuam na interface entre segurança, conservação e desenvolvimento de áreas protegidas e foi realizado no âmbito da parceria com a DCAF, com o apoio do Ministério Federal das Relações Exteriores da Alemanha, do Departamento Federal de Relações Exteriores da Suíça e do Ministério das Relações Exteriores dos Países Baixos, cujas contribuições institucionais, apoio contínuo e expertise temática foram fundamentais para o desenvolvimento e êxito desta iniciativa.

Palavras-chave: Resenha; governança do setor de segurança; fronteiras; áreas protegidas.

ABSTRACT

The study "Contribution of Security Sector Governance to the Protection of National Parks from the Perspectives of Security, Community Livelihoods, and the Environment: Serra do Divisor, Brazil" is part of an international comparative research project coordinated by the Geneva Centre for Security Sector Governance (DCAF). The project aims to examine how security sector governance and reform can contribute to the protection of national parks through an integrated approach that encompasses security, environmental conservation, and community livelihoods. Serra do Divisor National Park (SDNP), located in the state of Acre, Brazil, constitutes one of the project's three case studies, alongside protected areas in Benin and Nepal. The international comparative study seeks to provide practical guidance for practitioners and policymakers working at the intersection of security, conservation, and the sustainable development of protected areas. The study was carried out within the framework of a partnership with DCAF, with the support of the German Federal Foreign Office, the Swiss Federal Department of Foreign Affairs, and the Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands, whose institutional contributions, continued support, and thematic expertise were instrumental to the development and successful implementation of this initiative.

Keywords: Book review; security sector governance; borders; protected areas.

O estudo "Contribuição da governança do setor de segurança para a proteção de parques nacionais sob as perspectivas de segurança, meios de subsistência da comunidade e meio ambiente: Serra do Divisor, Brasil" adota uma abordagem qualitativa baseada em estudo de caso, a partir de pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas, grupos focais e observações de campo. Foram consultados representantes de instituições federais, estaduais e municipais, além de moradores, comunidades indígenas, populações ribeirinhas e organizações locais. A metodologia buscou compreender as estruturas institucionais existentes, as dinâmicas de segurança, os mecanismos de governança e o papel das comunidades na proteção do território.

O Parque Nacional da Serra do Divisor destaca-se por sua elevada biodiversidade, por abrigar ecossistemas únicos da Amazônia Ocidental e por localizar-se em uma região estratégica da fronteira entre Brasil e Peru. Apesar de apresentar baixos índices de desmatamento em comparação com outras áreas amazônicas, o parque enfrenta desafios relacionados à sua posição geográfica, que favorece sua utilização como rota secundária para o tráfico internacional de drogas e outras atividades ilícitas transnacionais. A combinação entre extensa cobertura

florestal, hidrovias, trilhas e reduzida presença estatal cria condições favoráveis para a atuação do crime organizado, o que torna indispensável uma atuação integrada entre os órgãos responsáveis pela segurança pública e pela proteção ambiental.

O relatório demonstra que o Brasil dispõe de um sólido arcabouço jurídico para a proteção ambiental, composto pela Constituição Federal, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pela legislação ambiental e pelos instrumentos específicos de gestão do parque, como o Plano de Manejo e o Conselho Consultivo. Entretanto, o estudo conclui que os principais desafios não decorrem da ausência de legislação, mas da limitação das capacidades institucionais, da insuficiência de recursos humanos e materiais, da elevada rotatividade dos servidores públicos e da dificuldade em manter mecanismos permanentes de coordenação entre os diferentes órgãos envolvidos na gestão territorial.

Entre os principais atores identificados estão o ICMBio, responsável pela gestão do parque; o IBAMA; a Polícia Federal; o Exército Brasileiro; o GEFRON; a Polícia Militar; a FUNAI; secretarias estaduais e municipais; organizações da sociedade civil; instituições de pesquisa; e as próprias comunidades residentes. O estudo destaca que existe boa disposição para cooperação entre essas instituições, especialmente durante operações específicas, porém essa articulação ainda ocorre predominantemente de forma reativa e episódica, sem um modelo permanente de governança voltado às necessidades específicas do Parque Nacional da Serra do Divisor.

Um dos aspectos centrais da pesquisa refere-se ao papel das comunidades locais. Diferentemente de muitas unidades de conservação, o PNSD abriga população residente, cuja permanência é compatível com o Plano de Manejo. Os moradores possuem amplo conhecimento sobre rios, trilhas e áreas sensíveis do parque e colaboram informalmente com a vigilância territorial e com iniciativas de conservação. Entretanto, o estudo observa que esse potencial ainda não é plenamente incorporado às estratégias institucionais de segurança e proteção ambiental. Além disso, ressalta que a ampliação de oportunidades econômicas sustentáveis, como sistemas agroflorestais, turismo de base comunitária, observação de aves e valorização de produtos florestais, representa importante

instrumento para reduzir vulnerabilidades sociais e diminuir a influência do crime organizado sobre as populações locais.

Outro resultado relevante refere-se à dimensão internacional da governança. O estudo analisa diversos instrumentos de cooperação regional e internacional entre Brasil e Peru, como tratados ambientais, acordos de cooperação jurídica e iniciativas voltadas ao combate ao crime organizado transnacional. Embora esses mecanismos forneçam bases jurídicas importantes, sua implementação ainda é limitada na região do Vale do Juruá. Nesse contexto, o relatório identifica elevado potencial para ampliar mecanismos permanentes de coordenação transfronteiriça, especialmente por meio do fortalecimento do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF), cuja experiência no Acre constitui referência nacional ao incorporar representantes do Peru e da Bolívia em suas reuniões.

Como conclusão, o estudo afirma que a proteção efetiva do Parque Nacional da Serra do Divisor depende menos da criação de novos instrumentos legais e mais do fortalecimento da governança existente. Isso envolve ampliar capacidades operacionais dos órgãos responsáveis, institucionalizar mecanismos permanentes de coordenação interinstitucional, integrar políticas de segurança pública, proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, fortalecer a cooperação internacional nas regiões de fronteira e reconhecer as comunidades locais como parceiras estratégicas da gestão territorial. Entre as principais recomendações estão o fortalecimento das operações integradas entre instituições de segurança, a ampliação dos espaços de coordenação promovidos pelos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras, a criação de canais seguros de comunicação entre comunidades e autoridades, a realização de avaliações integradas de impactos ambientais e de segurança em projetos de infraestrutura regional e o incentivo a atividades econômicas sustentáveis capazes de conciliar conservação ambiental, geração de renda e segurança territorial.

O estudo ainda conclui que a contribuição da governança do setor de segurança para a proteção do Parque Nacional da Serra do Divisor depende da capacidade de consolidar mecanismos estáveis de cooperação interinstitucional já existentes, e ampliar a participação das comunidades e organizações locais nos processos de tomada de decisão. Também se faz necessário uma maior

aproximação e diálogo dos setores/atores responsáveis pela proteção ambiental, da segurança pública e do desenvolvimento territorial como uma condição necessária para reduzir as vulnerabilidades e sustentar, a longo prazo, a conservação do PNSD em um contexto fronteiriço moldado por fortes dinâmicas transnacionais. Alguns dos problemas encontrados no PNSD estão relacionados com dinâmicas globais e não podem ser superados apenas com as capacidades municipais.